

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS – UniEVANGÉLICA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE, TECNOLOGIA E MEIO
AMBIENTE

**RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS
CONDIÇÕES AMBIENTAIS**

CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG
ORIENTADORA: PROF. DRA. GIOVANA GALVÃO TAVARES

Anápolis-GO
2018

CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG

**RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS
CONDIÇÕES AMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, sob a orientação da Professora Doutora Giovana Galvão Tavares.

Linha de pesquisa: Sociedade e Meio Ambiente

Anápolis-GO
2018

S811

Steckelberg, Cibelle Alves de Moraes.

Residencial Conquista: um estudo de caso sobre a consolidação de assentamento precário e suas condições ambientais / Cibelle Alves de Moraes Steckelberg – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2018.

118 p.; il.

Orientador: Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares.

Dissertação (mestrado) – Programa de pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente – Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica, 2018.

1. Assentamento precário 2. Políticas públicas habitacionais e socioambientais 3. Residencial Conquista 4. Goiás
I. Tavares, Giovana Galvão II. Título

CDU 504

Catálogo na Fonte

Elaborado por Rosilene Monteiro da Silva CRB1/3038

CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG

**RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A
CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS
CONDIÇÕES AMBIENTAIS**

Dissertação de Mestrado intitulada Residencial Conquista: um estudo de caso sobre a consolidação de assentamento precário e suas condições ambientais, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. UniEVANGÉLICA, Centro Universitário de Anápolis. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Extensão e Ação Comunitária, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Defendida em: 20/04/2018

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Giovana Galvão Tavares- UniEVANGÉLICA (Orientador)

Profa. Dra. Josana de Castro Peixoto- UniEVANGÉLICA

Prof. Dr. Alexandre Ribeiro Gonçalves- UniEVANGÉLICA/UEG

Profa. Dra. Vivian da Silva Braz - UniEVANGÉLICA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois este foi um caminho árduo, trabalhoso e muito cansativo, só Nele encontrei forças e consolo para trilhá-lo. A gratidão vai ainda a minha família, meus filhos – João Felipe, Heitor e Luísa – e ao meu marido Leandro, que suportaram minha ausência, meu mau humor e meu *stress* nos dias mais difíceis.

Aos meus pais Ronivan e Cleide que me incentivaram a seguir e conquistar todos os meus sonhos, estando sempre de braços abertos nas derrotas e vitórias, nas alegrias e tristezas.

Agradeço, ainda, à querida professora Giovana Galvão Tavares, pelas orientações, paciência, zelo e carinho.

Finalmente, agradeço às pessoas do Residencial Conquista de Anápolis-GO, que tão bem me receberam e a todos que me possibilitaram alcançar este resultado.

RESUMO

A acelerada urbanização ocorrida no Brasil nas últimas décadas gerou cidades com assentamentos precários e áreas subnormais. Assim, o objetivo do presente trabalho foi o estudo da implantação e consolidação do assentamento precário Residencial Conquista e as condições de vida da sua população. A área de estudo caracteriza-se como ocupação irregular, de caráter privado, localizada na cidade de Anápolis, em Goiás, construída em 2003. A questão norteadora da pesquisa busca investigar as condições de vida socioambientais dos residentes, bem como a existência ou ausência de interferência do poder público na condição de vida dos habitantes do local. O aporte teórico utilizado no presente trabalho foi pautado nos autores Bonduki, 2011; Maricato, 2013; Milaré, 2011, entre outros. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa e percorreu o seguinte caminho: levantamento bibliográfico sobre o tema e aplicação de questionários aos moradores da área pesquisada e observações etnográficas no campo. Os resultados da pesquisa apontaram que a população residente neste assentamento possui condições de habitações precárias, ausência de eletricidade, escolas, creches, posto de saúde, ou seja, insatisfatória disponibilidade de recursos e equipamentos urbanos capazes de gerar qualidade de vida para essa população.

Palavras-chave: Assentamento precário. Políticas públicas habitacionais e socioambientais. Residencial Conquista. Goiás.

ABSTRACT

The accelerated urbanization in Brazil in the last decades has generated cities with precarious settlements and subnormal areas. The objective of this study was the study of the implantation and consolidation of the precarious settlements of Residential Conquista and the living conditions of its population. The study area is characterized as an irregular occupation, of a private nature, located in the city of Anápolis, Goiás, built in 2003. The guiding question of the research seeks to investigate the socio-environmental living conditions of the residents, as well as the existence or absence of interference in the living conditions of the local inhabitants. The theoretical contribution used in the present study was based on the authors Bonduki, 2011; Maricato, 2013; Milaré, 2011, among others. The methodology used was quantitative and ran along the following path: bibliographical survey on the subject and application of questionnaires with residents of the researched area and ethnographic observations in the field. The results of the research indicate that the population living in this precarious settlement has poor housing conditions, lack of electricity, schools, kindergartens, health facilities, poor availability of resources and urban equipment capable of generating quality of life for this population.

Keywords: Precarious settlement. Public policy and socio-environmental policies. Residential Conquest. Goiás.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AGEHAB - Agência Goiana de Habitação
AEIS - Área Especial de Interesse Social
AP - Assentamento Precário
APA - Área de Proteção Ambiental
AS - Aglomerados Subnormais
DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis
EC - Equipamentos culturais
EP - Equipamentos públicos
ES - Escoamento superficial
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV - Índice de Condições de Vida
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IMB - Instituto Mauro Borges
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IQV - Índice de Qualidade de Vida
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
OR - Razão de Risco
PIB - Produto Interno Bruto
PLH - Plano Local de Habitação Social
PMHIS - Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PMA - Prefeitura Municipal de Anápolis
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem por Domicílio
P - Parâmetros
Q.V - Qualidade de Vida
REGIC - Regiões de Influência
SANEAGO - Saneamento de Goiás
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Raça dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	63
Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	64
Gráfico 3 - Números de filhos em porcentagem de acordo com a opinião dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	65
Gráfico 4 - Números de entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista de acordo com o grau de escolaridade, Anápolis GO, 2017	66
Gráfico 5 - Principais motivos respondidos pelos dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, sobre a escolha do local de moradia, 2017	69
Gráfico 6 - Números de entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista Anápolis - Go, de acordo com a quantidade de pessoas em seu domicílio, 2017 ...	71
Gráfico 7 - Número de quartos de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	71
Gráfico 8 - Número de banheiros de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia das Ruas estreitas e irregulares e lotes com tamanhos diferentes no AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017	62
Figura 2 – Infraestrutura precária das moradias do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017	73
Figura 3 – Água represada nas ruas do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017	76
Figura 4 – Única rua com pavimentação asfáltica do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017	77
Figura 5 – Fiação exposta da ligação clandestina de energia feita pelos moradores do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017	78

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da cidade de Anápolis – GO	47
Mapa 2 - Localização do AP Residencial Conquista, Anápolis – GO.....	59
Mapa 3 – Imagem Aérea dos Aspectos Fundiários do AP localizado do Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.....	61
Mapa 4 – Distancia entre a Escola e o AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Profissões relatadas pelos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	67
Quadro 2 – Estados de origem dos participantes da pesquisa, AP – Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017	69
Quadro 3 - Avaliação dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista sobre a infraestrutura urbana do setor, 2017	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1 – SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	16
1 Segregação socioambiental	16
1.1 Assentamentos precários	20
1.3 Instrumentos Legais e Regulatórios da Política Urbana Brasileira	29
CAPÍTULO 2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM ANÁPOLIS	37
2.1 O Processo de Urbanização da Cidade	38
2.2 Desenvolvimento urbano de Anápolis e surgimento dos assentamentos precários	43
2.2.1 Assentamentos precários em Anápolis	51
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO ASSENTAMENTO PRECÁRIO RESIDENCIAL CONQUISTA	59
3.1 Perfil dos entrevistados do Assentamento Precário localizado no Residencial Conquista	63
3.2 Condições de trabalho.....	66
3.3 Infraestrutura Habitacional	70
3.4 Segregação Ambiental	79
3.5 Equipamentos Públicos	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	88
APÊNDICE 1	97
APÊNDICE 2.....	113
ANEXO 1.....	116

INTRODUÇÃO

Os assentamentos precários são conjuntos formados por pelo menos 50 domicílios, ocupando terrenos de propriedade alheia; essas habitações são, em geral, aglomeradas de forma desordenada e carentes de condições básicas de saneamento e infraestrutura (IBGE, 2011).

Esses assentamentos podem ocorrer por ocupação direta, isto é, organizados por movimentos sociais, em terras públicas ou privadas e, ainda, por mercados informais, como lotes clandestinos, vendas ilegais, negociações no mercado informal (IBGE, 2011).

Autoconstruir em loteamento precário e distante não seria uma alternativa da maioria da população de baixa renda se houvesse outra opção. De maneira precária, o trabalhador se tornou proprietário e a cidade estendeu-se sem fim, reproduzindo loteamentos descontínuos e desarticulados. Viabilizou-se, com isso, uma solução barata de moradia, o que provocou consequências definitivas para a cidade.

Destarte, ainda prolifera em todo nosso país esta solução habitacional arcaica e melindrosa, sem que o poder público possa acompanhar essa expansão urbana com políticas públicas eficientes.

Por isso, o direito à moradia vem ganhando cada vez mais relevância nas discussões jurídico-sociais. E dentro dessa perspectiva, buscou-se estudar as vertentes norteadoras da atuação do Poder Público nos casos de assentamentos precários, quais sejam: habitação, urbanização, sustentabilidade e obediência às políticas fundiárias e de ocupação urbana, de forma a garantir moradia digna aos moradores dessas áreas.

Haja vista que a segregação socioambiental é um fenômeno que atinge principalmente os países não desenvolvidos. Isso acontece devido ao fato desses possuírem uma discrepância no padrão de vida social de seus habitantes, sendo o fator mais notório a falta de equidade econômica, em razão de uns deterem um poder aquisitivo muito alto e outros estarem em situação de pobreza.

Essa segregação, aliada à ausência de políticas públicas habitacionais e socioambientais por parte do Estado, vem a ser responsável pela ocupação de

grande parte da população de áreas irregulares e ilegais, os chamados assentamentos irregulares.

O objetivo central da pesquisa consubstanciou-se estudar a implantação e consolidação de assentamento precário Residencial Conquista e as condições de vida da sua população.

Já os objetivos específicos da pesquisa, traçados com o escopo de possibilitar o cumprimento do objetivo geral são os de análise das políticas públicas habitacionais implementadas a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade; verificação dos problemas ambientais ocasionados pelo processo de implantação e consolidação do assentamento precário, identificação e compreensão de quais são os processos de regulamentação destas áreas utilizados pelo poder público municipal, em especial no caso do Residencial Conquista; mensuração da condição de vida da população residente na área de estudo e, por fim, identificação das condições ambientais da área de estudo e seu impacto na condição de vida da população residente.

Para atingir os objetivos propostos trilhou-se os seguintes passos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre o tema; coleta de dados; aplicação de questionários com moradores da área pesquisada; e observações etnográficas no campo. O texto também abordou a percepção dos moradores acerca de sua qualidade de vida, levando-se em consideração as políticas públicas habitacionais e socioambientais.

Neste propósito, a pesquisa pretendeu responder aos seguintes questionamentos: Quem são os moradores que vivem no Residencial Conquista? Qual a origem desses moradores? Qual o perfil de escolaridade e socioeconômico dos mesmos?

Esta pesquisa, teve como pressuposto de sua problemática a abordagem teórica quali-quantitativa, possuindo como instrumento principal o questionário. Para tanto, primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, periódicos, bibliotecas virtuais, bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras. Foram utilizadas, ainda, fontes de dados estatísticos disponíveis em arquivos digitais em órgãos Federais: Ministério das Cidades e no (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) IBGE. Por fim, foi realizado o trabalho de campo e feitos os registros fotográficos, tendo por objetivo obter observações dos principais problemas enfrentados pela população residente no local estudado, identificando na

área de estudo: ruas sem asfalto, ausência de energia elétrica, alto índice de doenças transmissíveis e inexistência de vários equipamentos públicos. E por último, foram aplicados os questionários (Apêndice 1), contendo 63 questões, com abordagens objetivas, visando avaliar a quantidade de equipamentos públicos disponíveis para a população local, bem como abordagens subjetivas, buscando interpretar a percepção dos moradores quanto aos problemas enfrentados no assentamento precário.

Sobre a amostragem da pesquisa, é importante destacar que o desenho metodológico para realização deste instrumento baseou-se no cálculo de amostragem infinita como descrito posteriormente. O objetivo deste trabalho é estudar o Residencial Conquista, onde existem 55 (cinquenta e cinco) unidades habitacionais a fim de que se possa conhecer a qualidade socioambiental dos moradores que habitam este espaço e, ainda, se após a invasão, houve algum tipo de interferência estatal, almejando à qualidade de vida destes moradores. A média de habitantes por residência é de 4 (quatro) habitantes, perfazendo um total de 220 (duzentos e vinte) moradores. A amostragem calculada foi de 20 (vinte) domicílios, indicando a quantidade de questionários a serem aplicados na área de estudo.

O cálculo de amostragem infinita de Zar (1999), citado anteriormente, pode ser visto no esquema abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p)}{(N-1) \cdot E^2 + Z^2 \cdot P \cdot (1-p)}$$

Onde:

n = O tamanho da amostra para calcular N = Tamanho do universo (quantidades de pessoas)

Z = É o desvio do valor médio para alcançar o nível de confiança desejado.

Nível de confiança 90% -> Z=1,645

Nível de confiança 95% -> Z=1,96

Nível de confiança 99% -> Z=2,575

E = É a margem de erro máximo para admitir (p.e. 5%)

P = É a proporção a ser encontrada.

Insta salientar que foi utilizado o número de casas, e não de habitantes durante a pesquisa. Ao considerar o tamanho da população e o universo, quanto também o grau de confiança de 95 % e margem de erro de 0,05%, a amostragem calculada foi de 20 (vinte) domicílios, indicando a quantidade de questionários a serem aplicados na área de estudo.

Os participantes da pesquisa foram pessoas maiores de 18 anos, residentes do Residencial Conquista, que aceitaram responder aos questionamentos, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2).

Ficaram excluídos da pesquisa os moradores menores de 18 anos, ou moradores do local da área de estudo há menos de 6 meses. Também foram excluídos aqueles que se recusaram a participar da pesquisa.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UniEVANGÉLICA – Centro Universitário de Anápolis, CAAE n. 76255817.0.0000.5076 (Anexo !).

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os fundamentos teóricos acerca da questão urbana no Brasil, bem como a habitação, segregação socioambiental, assentamento precário e riscos socioambientais.

O segundo discute o espaço urbano de Anápolis, a produção de assentamentos precários na cidade, sendo possível constatar que inúmeros bairros na cidade, geralmente os mais afastados do setor central, são formados por assentamentos precários.

O terceiro capítulo discorre sobre a localização e a caracterização da área de estudo, apresentando uma análise, organizada por tabelas, gráficos e imagens, das respostas ao questionário feitas pelos moradores do assentamento precário do Residencial Conquista, tendo sido constatado que estes moradores se sentem abandonados pelo poder público, uma vez que não recebem os serviços públicos que lhes deveriam ser prestados..

O principal objetivo foi colaborar com a gestão pública que terá uma visibilidade ampliada dos problemas da habitação, urbanização e sustentabilidade do espaço estudado, visando, desta forma, garantir uma moradia digna aos moradores desta área.

CAPITULO 1 – SEGREGAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

1 Segregação socioambiental

Henri Lefebvre (2001) diz que urbano é a simultaneidade, a reunião, é uma forma social que se afirma, enquanto a cidade é um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação ou projeção da sociedade sobre um local. A urbanização diz respeito ao contexto do processo histórico vivenciado nas cidades. Desta forma, entende-se que urbano são as atividades e as relações que o caracterizam.

No início do século XX, devido à rápida industrialização, as cidades atraíram grande parte da população e sofreram profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. Apesar de no início deste século existir oportunidade de crescimento tanto para a população migrante, quanto para a imigrante no Brasil, no final deste, tornaram-se praticamente aniquiladas. No ano de 1980, as periferias urbanas tiveram um intenso crescimento, tendo como principal característica a pobreza. Tem-se, então, o surgimento da segregação ambiental no país, com destaque para a supressão social e a ocupação do solo de alta densidade. (MARICATO, 1995).

A inexistência de políticas habitacionais que impedissem a formação de áreas ocupadas ilegalmente contribuiu para as transformações decorrentes desse rápido crescimento o qual gerou a desorganização do espaço urbano. A segregação socioambiental tornou-se um dos problemas mais enfrentados pelas cidades a partir desse momento histórico. Os trabalhadores foram expulsos da cidade para as periferias, havendo a partir daí uma separação social com base em grupos, etnias e, principalmente, em relação às classes sociais.

Nesse sentido, segundo Maricato (2003), o urbanismo moderno intensifica esta segregação através da separação funcional das atividades e da sociedade no espaço. Essa rápida urbanização acarretou problemas complexos e de difícil enfrentamento pelo poder público. Ermínia Maricato (2003), expõe, ainda que:

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde,

educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003, p.2).

Segundo Ricardo Toledo Neder (2001), a segregação socioambiental nada mais é que os ambientes de desigualdade colocados ou induzidos a instabilidades físicas como, a cedida pela atmosfera urbana, haja vista que as segregações no Brasil não são uma forma de círculos concêntricos, mas sim de setores de círculos.

Na visão de Villaça (1998), os setores de círculos facilitam o controle dos deslocamentos do espaço urbano, à parte, da classe superior (com maior poder aquisitivo), uma vez que uma grande característica da segregação no Brasil é a aglutinação de bairros nobres em uma mesma localidade do Município.

O fenômeno da segregação socioambiental teve origem com o estabelecimento de duas visões preponderantes que pretendiam clarificar o seu aparecimento. A primeira visão inclina-se a abordar que a segregação socioambiental surgiu a partir do mercado de terras. De acordo com essa visão, o seu surgimento ocorreu quando famílias de baixo poder aquisitivo vieram a se instalar por livre e espontânea vontade em locais que já apresentavam possíveis dilemas e riscos ambientais, visto que as terras desses locais possuíam preço mais baixo que a média. (NAPTON; DAY, 1992)

A outra visão abordada relata que as práticas organizacionais que promoveram a segregação socioambiental, dado que o Estado, conjuntamente com determinados grupos sociais e econômicos, com maior poder aquisitivo agiu de má-fé. Influenciando o estabelecimento de procedimentos que poderiam ocasionar inúmeros riscos e deterioração do ambiente, como os aterros sanitários, as indústrias que são uma das maiores fontes de poluição devido a grande massa de fumaça que emitem, etc., e isto em locais já povoado por grupos de indivíduos que possuem baixo poder aquisitivo, fator que enfraqueceria a relutância à instalação dessas atividades. (PULIDO, 2000)

Os conceitos de segregação ambiental tiveram origem nos Estados Unidos na década de 70, devido às marchas realizadas pelas pessoas de baixo

poder aquisitivo, posto que estes viviam ao lado de descartes de lixos radioativos e indústrias extremamente poluentes.

Quando ocorre uma distinção, cujo resultado atinge de maneira desigual um grupo de indivíduos com baixo poder aquisitivo, e este decorreu de uma má divisão dos recursos ambientais, tem-se a segregação ambiental. (HOLIFIELD, 2001)

Segundo Herculano, para ocorrer a igualdade ambiental, é necessário,

A busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (BULLARD, 1993 *apud* HERCULANO, 2002, p.2).

A Segregação Socioambiental é um fenômeno que apresenta a desigualdade ambiental e atinge principalmente os países subdesenvolvidos. Isso se dá pelo fato de esses possuírem uma discrepância no padrão de vida social de seus habitantes, sendo o fator mais notório a falta de equidade econômica, em razão de uns possuírem um poder aquisitivo muito alto e outros (grande parte da população) estarem em situação de pobreza extrema.

A urbanização desses países dependentes caracteriza-se por ser acelerada, desordenada e espontânea, sem planejamento. Em suas cidades observam-se elevados níveis de degradação ambiental e todos os tipos de problemas relacionados ao inchaço populacional como a violência urbana, desemprego e as mais variadas formas de manifestação da marginalidade e exclusão social. (MARTINS JÚNIOR, 2007).

Apesar de a ilegalidade não ser sempre resultado da exclusão, existe uma relação intrínseca (que lhe é peculiar) entre ilegalidade e exclusão, sendo a relação – legislação e mercado, fundiário e exclusão – com mais evidência nas regiões metropolitanas. Justamente nestas áreas, rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar, quais sejam, beira de córregos,

encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou áreas de proteção ambiental. (MARICATO, 1995).

Em virtude da complexidade da questão ambiental, é necessário arguir como surgiu e porque as classes sociais foram separadas nas cidades, não só no contexto espacial, como também no social.

A desigualdade socioambiental é estabelecida da maneira como é exteriorizada a diferenciação de grupos sociais em relação às condições de risco ambiental, tendo em vista que a distribuição de tais riscos é realizada de modo díspar entre os diversos indivíduos de uma sociedade, como acontece com a acessibilidade do atendimento público e a distribuição de renda. Assim sendo, torna-se explícito que a desigualdade socioambiental é correlacionada com a desigualdade social, fazendo com que a obtenção de uma qualidade ambiental seja diferente em cada grupo social (ALVES, 2007).

A desigualdade ambiental está presente na sociedade, porque esta propicia discrepâncias em outros pontos, podendo ser notadas na relação econômica de determinado grupo social, na raça e até mesmo no gênero. Se forem desiguais em um ponto, acabam sendo desiguais em outro. Quando se trata de desigualdade, o indivíduo sempre é desigual em mais de um quesito, dessa maneira na questão da segregação socioambiental não seria diferente, ocorrendo uma junção de fatores (econômico, social, etc.) que levam a não equidade (TORRES, 1997).

Algo que pode ser esclarecido e que caracteriza essa exposição de desigualdade ambiental, ocasionada por outro ponto determinante de disparidade, é uma família que reside em uma favela e possui uma situação de pobreza extrema, sua casa não está construída em uma encosta, e apesar de não trazer condições adequadas de moradia, ainda pode ser “agraciada” com desabamentos, entre outros riscos ambientais.

A população submetida aos fatores de riscos ambientais, provavelmente também é a mesma que não possui o devido acesso aos serviços públicos. Essa inconsistência de infraestrutura urbanística, como a falta de água potável, tratamento adequado de esgoto, recolhimento do lixo, etc., acaba causando a essa população perigo de contágio de doenças (JACOBI, 1995).

A segregação socioambiental se destaca no sentido de miséria social e ambiental, ou seja, há uma tendência exacerbada de desigualdade onde prevalece a

mendicidade, a ausência de estrutura em relação à moradia, sendo destaques nesses lugares os deslizamentos de terra e encostas, as inundações, a contaminação do ar e da água, entre outros fatores.

O indivíduo, habitante desse tipo de área, é considerado vulnerável porque está exposto a um meio ambiente de risco, onde está sujeito a desastres ambientais, tendo que se relacionar diariamente com as peculiaridades do local, como possíveis desabamentos, inundações, desastres naturais, entre outros. (CUTTER, 1996).

Quando ocorre uma convivência de imposição espacial de miséria e de risco ambiental, ocorre, então, a vulnerabilidade socioambiental, ou seja, quando há a junção do social e do ambiental em determinada situação de perigo ecossistêmico, há uma posição de vulnerabilidade socioambiental (ALVES, 2006).

Essa vulnerabilidade socioambiental, em que grupos de pessoas com baixa renda enfrenta, pode ser bem concebida ao se observarem os fenômenos que interligam a deterioração ambiental e o cenário de risco nos quais esses indivíduos encontram-se devido a sua supressão social e estado de insuficiência de recursos.

Os assentamentos precários são definidos dentro da ótica da precariedade, podem ser vistos como algo que está em mau estado de utilização, não alcançando a sua finalidade principal que é a de uma moradia com bons aspectos em relação à infraestrutura (como está foi construída) e ao terreno no qual estes foram construídos.

Nesse momento, faz-se necessária a compreensão dos instrumentos legais e regulatórios da política urbana no Brasil e sua ineficácia diante do aparecimento dos assentamentos precários em todas as nossas cidades.

1.1 Assentamentos precários

Desde 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, já fora estabelecido que a moradia adequada é um direito humano universal e essencial da vida das pessoas. A partir daí, vários tratados internacionais foram assinados, e o Brasil passou a ter a obrigação de promover esse direito. Mas apesar de esses direitos estarem contemplados por tratados internacionais e por diversas leis Federais, Estaduais e até Municipais, a população de baixa renda permanece

excluída e continua sendo descumprido o dever de construir moradia adequada a todas as pessoas.

As cidades reúnem condições culturais e materiais capazes de propiciar a elevação dos padrões de dignidade desejáveis para a sociedade. Todavia, por outro lado, crescem o desemprego, a informalidade e a pobreza, que se aliam à ausência de infraestruturas básicas (saneamento e transportes) e de políticas públicas eficazes, resultando em disparidades de várias ordens que se expressam no espaço urbano desigualmente desenvolvido e segregado. (ALVIM, 2011)

O ato de construir, ou qualquer forma de aproveitamento da área urbana são, por essência, geradores de potencial impactação, que são os impactos sobre a rua, sobre o bairro, vizinhos, sistema viário, infraestrutura de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem de águas pluviais e coleta de lixo), segurança, enfim, sobre a cidade, como um todo, ou algumas de suas partes, e sobre a interação da cidade, seus habitantes, e suas redes de infraestrutura. “Todo ato de aproveitamento de solo urbano em maior ou menor escala é capaz de produzir impactos urbanísticos. Impactos que serão espargidos sobre as redes de infraestrutura urbana”. (ALOCHIO, 2010, p. 37)

É dever do poder público, também, conseguir administrar o conflito entre o interesse geral e os interesses econômicos de determinado grupo, pois do contrário, poderão surgir problemas urbanos diversos, como déficit habitacional, ocupação desordenada do solo, especulação imobiliária descontrolada, destruição das áreas verdes e do patrimônio histórico, utilização política do processo de ordenamento urbano, incompatibilidade entre os diversos tipos de usos e problemas no tráfego de veículos. (ARAÚJO, 2009).

A expansão periférica movida à autoconstrução ou a grandes conjuntos desde há muito demonstrou sua inadequação ambiental e social desde a aprovação da Lei nº 6.766/79, que impede a promoção e venda de loteamentos precários e de baixo custo, e do posterior maior controle sobre assentamentos em áreas ambientalmente frágeis e protegidas por lei.

Assentamento precário é a definição utilizada para designar que uma moradia está em condições ruins para o uso. Estes podem se manifestar de várias formas, por exemplo, as favelas, os cortiços, moradias invadidas, loteamentos clandestinos, etc. A falta de regularidade em relação a esses assentamentos dá-se

pelo motivo de esses não estarem de acordo com os termos fundiários e de infraestrutura, mesmo que alguns destes tenham o licenciamento para a construção.

Os assentamentos precários são frutos da segregação socioespacial, já que a presença destas áreas ocorre pela existência de grupos familiares que possuem baixo poder aquisitivo, sendo resultado de alternativas de moradias para os que não possuem condições de arcar com o alto mercado imobiliário urbano. O subúrbio em contraponto da parte nobre dos centros urbanos são exemplos clássicos de segregação, atuando como forma de exclusão dos mais pobres. (VILLAÇA, 1998)

O habitante que possui renda baixa, ao entrar no mercado de trabalho é explorado por ele e ainda julgado pelo local onde mora, haja vista que esse tende a morar distante do local no qual trabalha, vindo a gastar mais tempo para percorrer o trajeto casa-trabalho-casa. Este motivo é definido como “espoliação urbana”. Geralmente, até as casas populares construídas pelo governo são afastadas dos centros urbanos e a locomoção realiza-se por meio de transporte público. O trajeto tende a demorar mais ainda, em razão da pouca disponibilidade de horários para lugares mais afastados. (KOWARICK, 1993)

A dependência do transporte público para se locomover dos assentamentos precários no sentido casa-trabalho é considerado caótico, ocasionando frustrações e deseconomias, vez que o tempo gasto para a locomoção é, em tese, o triplo em comparação com os que moram em locais mais acessíveis.

[...] As deseconomias de uns costuma constituir a economia ou oportunidade de outros. As perdas de tempo em longas viagens diárias casa-trabalho pela massa de trabalhadores metropolitanos refletem, de fato, deseconomias que incidem negativamente na vida desses trabalhadores, mas que tendem a incrementar a economia de um sistema de transporte desarticulado, caótico e ineficaz, que não está orientado para a promoção do cidadão e para a economia de tempo necessária à reprodução de sua força de trabalho, senão para tirar proveito da sua fragilidade como ator social. (LOPES, 2006, p. 140)

Contudo, há de se afirmar que ocorreu uma evolução dos assentamentos precários, na medida em que as primeiras casas populares eram chamadas de mocambos e palhoças. Logo após, surgiram o cortiço e as casas divididas por cômodos, sendo a mais comum das espécies de casas populares. Os bairros mais

afastados do centro das cidades são constituídos por moradias de pessoas com baixo poder aquisitivo. (VILLAÇA, 1998)

Ao adquirir um imóvel em locais afastados, existe a pressuposição de que este possa ser informal, ou seja, o indivíduo que está comprando tal imóvel, apesar de estar praticando um direito, não está positivado na lei de urbanização. (ABRAMO, 2007)

Abramo (2007, p. 39) expõe que “não há menor dúvida de que o crescimento do mercado informal de locação é um fenômeno recente e a oferta desse mercado é resultado de uso mais intensivo do solo nos assentamentos consolidados.” Sendo assim, além da não equidade no que diz respeito à economia e poder aquisitivo, há também a ausência desta no que diz respeito à locação informal.

Insta salientar que os assentamentos precários não são apenas os de área suburbana, também existem locais próximos aos centros urbanos e até mesmo nos centro em que situação é lastimável, isto se dá por falta de atenção do poder público que, além da não percepção do ocorrido, ainda tem a arrecadação de impostos impossibilitada. (ABRAMO, 2007)

Os assentamentos precários são na maioria ocupados por indivíduos que possuem baixo poder aquisitivo, sendo que um dos pontos mais habituais é a falta de regularização fiduciária. Isso demonstra o quão precário é o terreno, visto que este provavelmente está com o pagamento em atraso e não possui registro no cartório de imóveis. De acordo com Silveira (2011, p. 78):

Os assentamentos precários se caracterizam pela precariedade na condição física e jurídica. São pendentes de regularidade fundiária plena, constituídos de domicílios ausentes do registro dos cartórios de imóveis e, geralmente, localizados em áreas de risco social e ambiental, circunstâncias contrárias ao direito de moradia digna.

Silveira ainda ressalta que há a necessidade da criação de um banco de dados a fim de controlar melhor a questão da precariedade:

Além da complexidade de situações que envolvem a moradia nos espaços urbanos brasileiros, o Brasil necessita constituir bancos de dados e informações mais apurados e possíveis de comparação. Essa mudança é crucial para identificar as características básicas dos fenômenos urbanos vigentes e tratá-los sob a ótica do planejamento. (2011, p. 78)

Os assentamentos precários são todos os tipos de moradia que não estão dentro das normas mínimas de segurança e urbanística, sendo inabilitado para se viver. Silveira faz a seguinte colocação:

As condições de moradia nas periferias das cidades brasileiras, especialmente as metrópoles ainda revela a existência de assentamentos precários, onde é possível verificar residências construídas sem os padrões mínimos de regularidade. Trata-se de uma 'herança' construída historicamente, marcadamente pela desigualdade social presente no espaço urbano. Chama a atenção, no entanto, que as condições precárias não estão presentes apenas nas áreas periféricas e de expansão, mas também se fazem notórias nas áreas centrais e proximidades. (2011, p.78)

Apesar de ser um direito assegurado pela Carta Magna, a moradia digna enfrenta obstáculos como a baixa movimentação econômica e tributária que a rodeiam:

Como na periferia não costuma haver muita densidade econômica, tampouco massa tributável que possa incrementar significativamente a receita pública, agravam-se aí também as condições para o financiamento da ação de governo, particularmente dos governos locais, que têm responsabilidades diretas e capilares com esses territórios muito circunscritos ao abrigo de indigência. (LOPES, 2006, p. 141)

Os assentamentos precários são reflexos do abandono político e social aos menos favorecidos economicamente. A miséria, em si, infelizmente se tornou uma espécie de modelo econômico que está presente em inúmeros municípios brasileiros, sendo vista, também, como um modelo socioespacial.

Em 1960, foi criado o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e o BNH (Banco Nacional de Habitação), surgindo a partir de então os conjuntos de moradias, o que veio a influenciar a debilidade do subúrbio. Entretanto, o Estado não considerava as favelas como domicílio, apresentando desejo de retirá-las. (FRANÇA, 2009)

No início da década de 90, os assentamentos precários tomaram mais força, por ser o aumento do número de pessoas maior que a economia, associando e vinculando a precariedade à segregação socioambiental. (ALVIM, 2011)

Os assentamentos precários foram inseridos mais efetivamente em locais ambientalmente volúveis, onde o processo de construção é inviabilizado. Esses assentamentos, em sua maioria, foram instalados em Áreas de Preservação Permanente, ocasionando degradações ambientais na paisagem ambiental e ocasionando riscos aos próprios moradores.

No ano de 2012, ocorreu a revisão do Código Florestal e as paisagens ambientais e urbanísticas se tornaram prioridades. A Política Nacional de Integração de Assentamentos Precários assegurou medida como a Regularização Fundiária Sustentável, tornando possível a legalização de assentamentos precários, mesmo estes sendo ilegais. (ALVIM, 2011)

Na maioria das vezes, a questão ambiental é majoritariamente focada na macroescala, nas relações entre exploração do meio ambiente e indústria, entre preservação de matas e expansão da agricultura e pecuária extensivas, contudo, tais percepções são simplesmente aplicadas à cidade, com pouca ou nenhuma sensibilidade à sua especificidade. (REIS, 2011)

O autor Júlio Moreno (2002) aponta as principais estratégias de enfrentamento das questões urbanas ambientais. São quatro estratégias de sustentabilidade urbana, identificadas como prioritárias para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileira:

Regular o uso e a ocupação e o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população mediante promoção de equidade, eficiência e qualidade ambiental;
Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão democrática da cidade, incorporando no processo a dimensão ambiental urbana e assegurando a efetiva participação da sociedade;
Promover mudanças nos padrões de produção e consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis;
Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais, visando à sustentabilidade urbana (MORENO, 2002, p. 37)

O que se procura é ir além da defasagem entre a legislação e a institucionalidade das esferas urbana e ambiental e destas com o quadro concreto da materialidade da cidade:

O quadro de persistente permanência e ampliação da irregularidade dos assentamentos urbanos particularmente em áreas ambientalmente sensíveis levou à clara identificação de que a questão ambiental urbana e o avanço sobre áreas ambientalmente protegidas é intrinsecamente associada à questão de moradia, à falta de oportunidades e de alternativas. (REIS, 2011, p. 138)

Nesses termos, além de discutir essa especificidade, cabe analisar o conflito entre assentamentos urbanos e natureza, observado nas áreas urbanas e ambientalmente sensíveis. Seu contraponto é o conflito dentro da mancha urbana e particularmente nas áreas mais centrais. Ambos expressam disputas territoriais com forte componente ambiental. É o que se procura evidenciar, buscando as diferentes formas de enfrentamento da questão. (REIS, 2011)

A sociedade tem papel importante na construção habitacional das cidades, trazendo inovações e tecnologias em favorecimento ao meio ambiente. Qualquer que seja o futuro da cidade, a sociedade terá como componente importante, se não principal, um respeito maior pelo meio ambiente. A partir de um urbanismo de inspiração humanista, porém com sólidas bases técnicas, é possível imaginar propostas de organização ambiental da cidade.

Do ponto de vista ambiental, essa é presentemente a grande pauta urbana. Pensar o tema ambiental nas grandes cidades brasileiras implica discutir a questão do modelo de desenvolvimento urbano:

É fundamental assumir que, sem forte investimento e prioridade ao desenvolvimento social, será impossível conseguir condições ambientais minimamente razoáveis, ainda que todas as indústrias estejam sujeitas a um forte e eficiente controle ambiental, o que já vem de fato, progressivamente ocorrendo inclusive por conta das normas internacionais de certificação de qualidade. (REIS, 2011, p. 76)

Sustentável é a sociedade que produz o suficiente para si, levando em conta a capacidade de suporte e de reposição da natureza e as demandas das gerações futuras. Os custos da degradação não incide sobre os que degradam, mas recaem sobre a sociedade como um todo e sobre as gerações. (CASTRO, 2004)

Uma cidade autossustentável é aquela que parte do incremento de um conjunto de ações e de programas que contemplem as dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável. (MORENO, 2002)

Contudo, o que se percebe hoje não é o ideal a julgar pelas dificuldades enfrentadas na maioria das cidades. Os mais graves problemas urbanos atuais são a habitação, transporte e mobilidade, poluição da água, do solo e do ar, ausência de áreas verdes e públicas, enchentes e deslizamentos de encostas, ocupação de fundos de vale e de áreas protegidas por legislação ambiental no Brasil. (REIS, 2011)

Para que haja uma boa estrutura de habitação é necessário abordar também os problemas que hoje são enfrentados devido à poluição e outros fatores:

A cidade é complexa e mutante matriz de atividades humanas e efeitos ambientais. A progressiva urbanização agrava o problema ambiental. Hoje, as cidades consomem três quartos da energia de todo o globo, causando também três quartos da poluição mundial. Aplicar a sustentabilidade aos produtos e seus rejeitos. Deve-se considerar o ciclo de vida dos produtos, desde as fontes de matéria-prima, na produção, distribuição, utilização e rejeitos, bem como os impactos ambientais que acompanham esse ciclo como resíduos, contaminação de solos, água e ar. (MORENO, 2002, p.80).

Algumas regiões e países adquiriram elevado poder econômico enquanto outros buscam, através das medidas políticas, a proteção de seus mercados e crescimento econômico. Constitui-se, então, em esforço para evidenciar a importância do espaço na formação das estruturas de mercado, para que as implicações sobre o crescimento regional e sobre a eficiência da economia como um todo possam ser levadas em conta na formação política econômica. (ARAÚJO, 2009)

O crescimento econômico é e será por algum tempo ainda uma condição necessária, mas não suficiente do desenvolvimento, implicando uma pluralidade de estratégias regionais:

Os recursos ambientais desempenham funções econômicas, entendidas estas como serviço que contribua para a melhoria do bem estar do padrão de vida e para o desenvolvimento econômico social, onde valorar corretamente os bens e serviços ambientais é condição de matéria prima, capacidade de assimilação de resíduos, amenidade estética, biodiversidade e capacidade de suporte às formas de vida na terra. (CASTRO, 2004, p. 47)

O crescimento econômico pode ser visto como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas

no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Com o desenvolvimento, a economia adquire maior estabilidade e diversificação. (CASTRO, 2004).

É fundamental que o poder público administre o conflito entre o interesse geral e o aumento do valor e renda do solo por parte de alguns interessados privados, de tal forma que o objetivo principal seja o ordenamento urbano. Não se podem privilegiar os interesses econômicos de alguns em detrimento do interesse geral. (ARAÚJO, 2009)

O que está em análise é a formulação de novos paradigmas que venham servir de orientação a uma prática preocupada em conciliar tanto a intervenção sobre o espaço quanto a qualidade ambiental. Essa construção, por sua vez, deverá considerar as especificidades, contradições e conflitos do contexto social brasileiro. (REIS, 2011)

A cidade compacta e autossustentável pode reinstalar a cidade como o *habitat* para uma sociedade baseada na vida comunitária. Seu modelo de estrutura urbana poderia ser reinterpretado e adaptado para qualquer cultura ou condição econômica-social. Mais que um desenho ou uma solução técnica, trata-se de uma filosofia. As cidades devem personificar seus habitantes, incentivar o contato, condensar e fermentar as atividades humanas para que se expresse a cultura local. (MORENO, 2002).

A garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações são fundamentais para a construção de uma sociedade melhor. (MORENO, 2002)

Ainda sobre o desenvolvimento e sustentabilidade do meio ambiente, vale a pena ressaltar:

É preciso, pois, repensar o modelo para um desenvolvimento a baixo perfil de energia e recursos naturais, que satisfaça, simultaneamente, os critérios de viabilidade econômica, utilidade social e harmonia com o meio ambiente. A aplicação da noção de sustentabilidade sobre o desenvolvimento das cidades exprime um duplo movimento de ambientalização das políticas urbanas e de introdução das questões urbanas ambientais. (MORENO, 2002, p.83).

Do ponto de vista ambiental, os projetos devem procurar utilizar tecnologias que reduzam ao máximo, se não puderem eliminar os danos ao meio ambiente. Isso vale tanto para a definição da localização, quanto para o processo produtivo e para a destinação dos resíduos. (CASTRO, 2004)

Logo, esse problema torna-se ainda mais importante quando falamos de assentamentos precários:

A ocupação desordenada e espalhada da mancha urbana em direção às áreas periféricas, em geral, ambientalmente frágeis, traz um significativo impasse entre o processo de urbanização das cidades e a proteção do ambiente, o direito à moradia e a preservação ambiental, se contrapondo aos modelos difundidos em décadas anteriores, em que o ideal era o ordenamento do meio urbano, independente dos processos reais. [...] As políticas públicas em curso no Brasil, particularmente as urbanas e ambientais reconhecem a necessidade de equacionamento da ocupação de baixa renda nos assentamentos precários (favelas e loteamentos irregulares e clandestinos) localizados em áreas protegidas como ação fundamental à sustentabilidade do território. Nesse contexto, os assentamentos precários são reconhecidos e tratados como uma alternativa ao déficit habitacional, por meio da implementação de políticas inovadoras que buscam conferir-lhes qualidade urbana e ambiental e, ao mesmo tempo, integrá-los à cidade formal. (ALVIN, 2011)

O grande desafio do Poder Público é, desta forma, efetivar o cumprimento das leis existentes de maneira correta e eficaz, de modo a tornar as cidades sustentáveis, causando, assim, o mínimo de dano ao meio ambiente. Principalmente no que se refere aos assentamentos precários, pois é necessário que as políticas públicas sejam capazes de abarcar as demandas dos conflitos existentes nestes locais, pois trata de territórios com diversas vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, garantir o equilíbrio ambiental.

1.3 Instrumentos Legais e Regulatórios da Política Urbana Brasileira

Todas as Constituições Brasileiras reconheceram o direito de propriedade ao indivíduo, considerando a moradia algo essencial. Na vigência da Constituição Brasileira de 1824, foi consagrado o direito de propriedade em sua plenitude. Já a Constituição de 1934 contempla o cumprimento da função social da propriedade,

Carta que vigeu até 1937, quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e impôs uma nova Constituição ao País, que não manteve os avanços anteriores.

Destarte, a formação do direito de propriedade privada, de fato, surgiu no Brasil com a primeira Lei de Terras, Lei 601/ 1850, que transferiu a terra do domínio do estado particular. Esta lei regulou as terras devolutas e a aquisição de terras, determinando em seu art. 1º que o único meio para se adquirir a propriedade de terras era a compra, tornando ilegítimo o acesso à terra pela posse ou ocupação.

Na República Velha, período compreendido entre 1889 e 1930, nada se fez em relação a produzir ou regulamentar a habitação no Brasil, o que resultou no surgimento de alguns assentamentos informais neste período:

Os assentamentos informais podem ocorrer por ocupação direta, ou seja, organizados por movimentos sociais, em terras públicas ou privadas e ainda por mercados informais, como lotes clandestinos, vendas ilegais, negociações no mercado informal. (ALFONSIN; FERNANDES, 2006, p. 29).

A Constituição Federal de 1946 restaurou a necessidade de cumprimento da função social da propriedade e as Cartas Magnas de 1967 e de 1969 mantiveram-na.

Entre as medidas mais importantes implementadas pelo governo no que diz respeito à questão habitacional, estiveram o decreto-lei do inquilinato de 1942 que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre os locadores e locatários. Houve a criação das carteiras prediais do Instituto de Aposentadoria e Previdência e Fundação da Casa Popular, dando início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n. 58 que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações.

De maneira geral, pode-se dizer que estas medidas visavam, ao menos na aparência, garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar. Constituem, portanto, o contraponto, em nível urbano, do imenso arsenal de medidas tomadas por Vargas e seus seguidores, objetivando regulamentar as relações entre o trabalho e o capital, e a desastrosas condições de trabalho dos assalariados urbanos, ações que criaram para o ditador a imagem de “Pai dos pobres”.

Aquele foi um momento em que o Estado brasileiro passa a intervir tanto no processo de produção como no mercado de aluguel, abandonando a postura de deixar a questão da construção, comercialização, financiamento e locação habitacional às livres forças de mercado que vigorou até então. Esta nova postura do Estado brasileiro na questão da habitação foi parte integrante da estratégia muito mais ampla, colocada em prática pelo Governo de Vargas, de impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial, capitalista, mediante uma forte intervenção estatal em todos os âmbitos da atividade econômica (OLIVEIRA, 1971).

Já a Lei n. 176 de 1950 tinha como objetivo eliminar parte da legislação urbanística vigente, obrigando os proprietários de terrenos a disponibilizar a infraestrutura nas ruas como colocação de meio-fio, pavimentação, bueiros e galerias de águas pluviais. (ARAÚJO, 2009)

Para Saule Júnior (1997), essas diretrizes constituíram-se verdadeiras normas gerais do Direito urbanístico no Brasil, sendo consideradas obrigatórias para agentes públicos e privados, nas três esferas federativas, quais sejam, União, Estados e Municípios, em seus poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O surgimento de políticas habitacionais, preocupadas em solucionar o alarmante problema, é recente, tendo sido implementada na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade (2001), que regulou o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador da política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária.

A Constituição de 1988 avança na função social, dedicando inúmeras disposições à disciplina e à conformação do Direito à propriedade, quais sejam:

Art.5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Art. 170: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

III - função social da propriedade.

Consagrou, ainda, nos seus arts. 182 e 183 a Política de Desenvolvimento Urbano, como:

Art. 182 A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor.

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

Já em 2001, foi sancionada a Lei 10.257, o Estatuto da Cidade, que busca cumprir as exigências fundamentais. Nesta Lei, foram estabelecidas normas de ordem pública e interesse social, de acordo com as normas constitucionais de função social e ambiental da propriedade. Para tanto, foram introduzidos instrumentos jurídicos de gestão urbana e de planejamento, visando efetivar uma sociedade que possa desenvolver-se de forma sustentável.

Art. 1: Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (LEI 10.257 – ESTATUTO DA CIDADE)

O Estatuto apontou como principal instrumento legal da política urbana o fruto das lutas sociais a ser implementado na perspectiva da igualdade social, da universalização dos direitos e da participação popular nas cidades. O direito à moradia é absoluto e o direito à propriedade é relativo na legislação brasileira. (QUEIROZ FILHO, 2013).

O Estatuto da Cidade também reforça a democracia da cidade. A lei prevê instrumentos, como órgãos colegiados de política urbana, em níveis nacional estadual e municipal a fim de se estabelecerem debates, audiências e consultas públicas, conferências sobre assuntos de interesse urbano e iniciativa popular de

projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (MORENO, 2002).

A supracitada Lei traz em seu art. 39 a normatização do Plano Diretor:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.

Ainda sobre o dispositivo legal:

Devemos reconhecer os significativos avanços em relação aos marcos urbanísticos regulatórios, possibilitando a implementação de políticas públicas para uma melhor qualidade de vida, desenvolvimento sustentável e socialmente justo. (BUENO, 2007, p. 47)

O plano diretor possui alguns elementos essenciais que devem ser levados em consideração durante a sua elaboração:

a) objetivos do Plano Diretor expressos num documento introdutório onde sejam claramente explicitados; b) caracterização da região, do município e da cidade, composta dos seguintes elementos: - características geológico-geotécnicas de interesse para o uso e ocupação do solo; - principais condicionantes físicos, ambientais, sócio-econômicos e demográficos, sistema viário e infraestrutura urbana, bem como equipamentos sociais e serviços urbanos; c) diagnóstico e prognósticos elaborados quanto aos aspectos anteriormente mencionados; d) conjuntos de proposições de diretrizes alternativas para a consecução do desenvolvimento do município; e) critérios adotados para avaliação das proposições alternativas apresentadas; f) diretrizes do Plano Diretor; g) anteprojeto da Lei, do Plano Diretor, de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, do Código de Obras e Edificações; programas, planos setoriais, projetos e planos de ação do governo municipal; diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais, vinculações e dotações; e aparelhamento administrativo necessário. (ABNT, NBR 12267)

O plano diretor de desenvolvimento e política urbana ambiental, considerando os aspectos em comum como a espacialidade, a arborização e a área verde e os princípios que o norteiam, procura introduzir alguns instrumentos

urbanísticos inovadores para a implementação de planos de ação, projetos estratégicos e gestão de planejamento. (BUENO, 2007)

Ele é concretizado mediante a aplicação da lei correspondente, podendo exigir outras leis, regulamentos especiais, além de planos executivos e parciais particulares. Existem três aspectos relevantes para a concretização do plano diretor.

Um primeiro aspecto a ser abordado refere-se ao papel ativo e dinâmico dos movimentos sociais, como atores importantes na condução de novas práticas de gestão do planejamento, na perspectiva de superação da noção tecnocrática e incorporação de princípios tecno-políticos, destacando-se três tópicos essenciais:

- O plano diretor deve ser um instrumento de reforma urbana, garantindo a função social da propriedade urbana;
- O plano diretor deve ter caráter redistributivo, com a inversão de prioridades dos investimentos públicos e planejamento descentralizado;
- O plano diretor deve ser instrumento de gestão política da cidade representando um processo social de pacto territorial em torno de direitos e garantias urbanas de planejamento participativo. (BUENO, 2007, p. 124).

Já o segundo aspecto aborda o grau de aprofundamento dos instrumentos e do marco regulatório do Estatuto da Cidade, os quais reorientam a noção de plano diretor para uma representação normativa de plano de ação, como uma nova concepção do plano urbanístico, associado à integração entre leis, investimento e gestão, ou seja, um processo de gestão democrática do plano e projetos estratégicos de produção social da cidade. (BUENO, 2007).

O terceiro e último aspecto que deve ser considerado relaciona-se às inovações de instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade com importância crucial na revisão metodológica dos planos diretores, exigindo procedimentos operacionais entre gestão territorial urbana e ambiental. (BUENO, 2007)

Os Planos Diretores têm sido elaborados e revistos seguindo as disposições da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade, porém, as transformações urbanas e sociais não ocorrem na mesma velocidade. As leis de aprovação dos Planos Diretores não têm feito uso dos instrumentos e disposições da legislação federal de forma necessária para a efetivação da política urbana instituída no Brasil (ARAÚJO, 2009),

Os planos municipais, chamados também de planos gerais municipais de ordenação urbana, são utilizados como instrumento de ordenação integral do território e igualmente se preocupam com o desenvolvimento urbano. (ARAÚJO, 2009)

Assim, a execução da política urbana deverá garantir as funções sociais da cidade, objetivando o bem-estar de seus habitantes, o acesso aos bens e serviços urbanos, assegurando as condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município. (BUENO, 2007)

Diante dessas inovações legislativas, o planejamento urbanístico adquiriu natureza de lei, só sendo aprovado, alterado ou revogado legalmente. Com isso, a ocupação do solo na cidade sofre forte influência do aspecto legal, pois a lei determina quais são as áreas que podem ser ocupadas e como deve ser a ocupação.

Ocorre que, apesar de todo este arcabouço jurídico, essas políticas habitacionais não são de fato implementadas, principalmente no que diz respeito à parcela mais pobre da população.

Hodiernamente, no Brasil, estima-se um *déficit* habitacional – que de acordo com o Ministério das Cidades, por meio de estimativas produzidas pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA – tem relação direta com a deficiência do estoque de moradias, bem como de moradias que não devem ser habitadas devido à precariedade das construções ou pelo desgaste em sua estrutura física, havendo, assim, necessidade de incremento do estoque de moradias. (IPEA, 2013).

O Comitê das Nações Unidas de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais considera como uma habitação adequada aquela que corresponda a alguns aspectos abordados no Comentário Geral n. 4:

- a) Segurança Jurídica da Posse: todas as pessoas devem possuir um grau de segurança da posse que lhes garanta a proteção legal contra despejos forçados, expropriação, deslocamentos, e outros tipos de ameaças;
- b) Disponibilidade de Serviços e Infraestrutura: acesso ao fornecimento de água potável, fornecimento de energia, serviços de saneamento e tratamento de resíduos, transporte, iluminação pública;
- c) Custo de Moradia Acessível: adoção de medidas para garantir a proporcionalidade entre os gastos com habitação e a renda das pessoas, criação de subsídios e financiamentos para os grupos sociais de baixa renda, proteção dos inquilinos contra aumentos abusivos de aluguel;
- d) Habitabilidade: a

moradia deve ser habitável, tendo condições de saúde, física e de salubridade adequadas; e) Acessibilidade: constituir políticas públicas habitacionais contemplando os grupos vulneráveis, como os portadores de deficiências, os grupos sociais empobrecidos, vítimas de desastres naturais ou de violência urbana e conflitos armados; f) Localização: moradia adequada significa estar localizado em lugares que permitam acesso às opções de emprego, transporte público eficiente, serviços de saúde, escola, cultura e lazer; g) Adequação cultural: respeito à produção social do habitat, à diversidade cultural, aos padrões habitacionais oriundos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais.

As políticas habitacionais propostas, com a finalidade de garantir acesso a uma habitação digna, foram, em sua maioria, ineficazes devido a diversos fatores políticos sociais, econômicos e culturais, uma vez que tais políticas apenas afastam a população de baixa renda da elite, já que o local onde conseguem moradia é afastado do centro dos municípios e dos bairros nobres, tendo escassez de coisas essenciais, como saneamento básico e energia elétrica.

Desta forma, ainda prolifera em todo país os assentamentos precários, solução habitacional arcaica e precária, sem que o poder público possa acompanhar tal expansão urbana, com políticas públicas eficientes.

CAPÍTULO 2 - ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM ANÁPOLIS

A região Centro Goiano é considerada a mais importante do Estado de Goiás, responsável pelo comando da economia urbana, caracterizada por uma forte presença de atividades econômicas do setor terciário, por indústrias de transformação e da tecnologia, pelo peso demográfico e por uma forte representatividade e importância política. Soma-se a estes a presença de duas capitais, Goiânia e Brasília, hoje consideradas juntas, como terceiro maior mercado consumidor do Brasil (MENESES, 2009).

Para Freitas (2005), a expansão da área urbana, com o consequente crescimento populacional, teve efeitos importantes em relação aos serviços públicos na cidade. Estes fatores trouxeram graves problemas de infraestrutura, já que a área urbana não estava preparada para receber um contingente populacional tão elevado que resultou, conseqüentemente, em sérios problemas envolvendo o abastecimento de água e o sistema de esgoto, que naquele momento dependiam de recursos que eram insuficientes para suprir a demanda corrente.

O grande fato é que estes eventos arrastaram consigo a necessidade de infraestrutura que com a evolução da estrutura interurbana, corroboradas pela expansão, acarretaram melhoramentos e expansão da malha viária que, atualmente, representam os eixos estruturadores do município.

As atividades econômicas foram, certamente, vetores atrativos para os migrantes que se ocuparam do solo urbano para desempenharem suas atividades humanas, determinando um espaço de ocupações irregulares e não planejadas.

O setor de comércio é bastante representativo, principalmente em relação ao comércio atacadista, que exerceu papel fundamental na evolução histórica do município. Os grandes atacadistas de Anápolis surgiram como pequenos negócios e, devido à proximidade ao Distrito Federal, com a consolidação de Brasília e de Goiânia, acabaram ampliando sua estrutura, transformando-se em grandes negócios. Hoje este setor não detém mais a posição de centro de distribuição, posição está que possuía em momentos anteriores, quando foi o maior polarizador da região central. (BRITO, 2007).

2.1 O Processo de Urbanização da Cidade

As primeiras menções sobre o sítio onde se fundou Anápolis foram feitas num escrito assinado por Augusto de Saint-Hilaire em 1819. A influência povoadora teve dois aliados, as ricas terras para a agricultura, com destaque para a presença do córrego das Antas e a religiosidade de seus primeiros moradores. (POLONIAL, 2005). No local onde hoje é Anápolis havia fazendas e antes dessas, comunidades indígenas.

Antes das fazendas, havia os indígenas que foram os primeiros habitantes dessas terras. Os indígenas ali viveram por centenas de anos, até começarem a chegar outras pessoas vindas de vários lugares de Goiás e de outros estados. Muitas dessas pessoas tornaram-se donas das terras e começaram a montar fazendas, fazendo roças e pastagens para o gado. Os indígenas que moravam na região foram expulsos ou mortos. Pouco a pouco desapareceram do lugar. (GARCIA, 2006, p. 49).

Anápolis era uma região que serve de caminho para as cidades de Pirenópolis, Goiás e Silvânia, todas movimentadas pela extração do ouro. Os tropeiros fizeram da região de Anápolis pouso para seu descanso. É válido ressaltar que o tropeirismo desempenhou papel fundamental na consolidação, fixação e ocupação do planalto goiano, criando uma via de transporte e uma ligação econômica que nunca mais desapareceu (CASTRO, 2004).

Esta cidade é fruto de pequenas povoações que surgiram naquela época. E por meio do movimento de tropeiros a aglomeração serviu, inicialmente, como ponto de parada de comitivas que vinham de lugares distantes transportando mercadorias em seus burros de carga. (CASTRO, 2004).

Os estudiosos da formação econômica afirmam que a economia aurífera de Goiás foi modesta tanto no aspecto quantitativo, como no qualitativo. Neste aspecto, em pouco mais de cinquenta anos ocorreu à decadência rápida e quase completa das jazidas. (MARTINS JUNIOR, 2007).

As características ambientais de Anápolis, como seu relevo de ondeamentos sutis e seu clima tropical, foram elementos decisivos na escolha do local para ser um ponto de descanso do transporte de mercadorias entre antigos núcleos mineradores goianos, ocasionando o surgimento de algumas construções

em torno do córrego das Antas, iniciando a formação da cidade por volta do século XIX. (LUZ, 2009).

O início da formação da cidade Anápolis também se deu por questão religiosa, quando Ana das Dores Almeida decidiu fundar uma capela devido a uma graça recebida. A construção ocorreu no ano de 1871, surgindo, então, o povoado de Santana das Antas em 1873, posteriormente Vila Santana das Antas e no ano de 1907, cidade de Anápolis. (ROCHA, 2007).

De acordo com Luz (2009, p. 178) há três pontos fundamentais na edificação da cidade:

O primeiro compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX; o segundo inicia-se com a chegada da ferrovia em 1935 e encerra-se na década de 1960 com a construção de Brasília; o terceiro se desenvolve a partir da década de 1960 e alcança o século XXI.

O primeiro período possibilitou o surgimento do mercado consumidor. Muitos comerciantes anapolinos se tornaram empreendedores e políticos, proporcionando movimentos na produção e desenvolvimento deste setor.

Santos (1978, apud Luz, 2009) enfatiza que a questão espacial estabelece um aumento significativo do comércio, seguido pelo bancário, parabancário¹, comercial e administrativo, bem como através dos meios de deslocamento. Neste período também ocorreu um importante crescimento agrícola, fazendo com que a cidade de Anápolis se destacasse pelo seu desenvolvimento econômico. (LUZ, 2009).

Estevam (1998) demonstra que no processo de formação socioeconômico de Anápolis, durante todo o século XIX e até o início do século XX, manifestaram-se intensamente as características do período colonial. O monopólio da extração mineral e as relações escravistas de produção marcaram o Brasil colônia. Basta destacar que perdurou até o início do século XIX a proibição de instalar fábricas e manufaturas.

O início da industrialização de Anápolis coincide com o apogeu do ciclo do café no Brasil. As primeiras máquinas de beneficiamento do café instaladas na cidade provocaram uma acelerada urbanização do município, surgindo assim, em

¹ Parabancário são instituições ou empresas que não são bancos, mas que realizam atividades financeiras, que sedem crédito ao consumo, factoring ou leasing.

1921, as olarias, que na década de 30 se transformaram em cerâmicas, indústrias de tijolos, telhas, ladrilhos. (POLONIAL, 2005).

Com a crise nacional de 1930, o café goiano sofreu com as tarifas de transporte e armazenagem e perdeu o mercado exportador:

Neste momento histórico, os produtores anapolinos transferiram parte do capital empregado na produção de café para a produção de arroz que pôde contar com as técnicas milenares dos imigrantes japoneses. Aqui vale lembrar que Nerópolis e Goianésia pertenciam ao município de Anápolis emancipando somente em 1948 e 1958 respectivamente onde estavam as maiores lavouras de arroz. Assim em 1937 as máquinas de beneficiar arroz começaram a se equiparar ao total das de café. Entretanto, foi o café o grande suporte econômico nas primeiras décadas do século XX dinamizando a economia Anapolina e permitindo a acumulação do capital paraser tempos depois transferidos a indústria ao comércio e finanças. (CASTRO, 2004, p.35).

O grande marco do segundo ponto é a chegada da ferrovia na cidade, no ano de 1935. O transporte ferroviário veio com o intuito de expandir a agricultura devido à necessidade de atender a Primeira Guerra Mundial (BERTRAN, 1978). A ferrovia de Anápolis contribuiu para que Goiás se inserisse no mercado nacional, tendo em conta que, de acordo com Polonial (2005), a ferrovia facilitou o acesso aos grandes centros do país como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro.

O desenvolvimento urbano de Anápolis era cada vez maior:

O aumento da produção, distribuição de renda assim como, a redução dos bolsões de pobreza, elevação dos níveis de salários, do índice de desenvolvimento humano são respostas satisfatórias a uma melhor qualidade de vida a região que sedia um pólo industrial. As estradas de acesso ao município eram precárias e as mercadorias transportadas em lombos de mulas. Os tropeiros traziam mercadorias ao consumo local como sal, arame e tecidos. Era esse o único elo de ligaçãoentre a população local e os centros econômicos mais avançados no sudeste do país (CASTRO, 2004, p.76).

Entretanto, devido ao baixo número de vagões, a via férrea não era grande o bastante para conseguir exportar a ampla quantidade de mercadorias. Sendo um fator prejudicial, também, à aceleração dos trens, bem como a quantidade de cargas por vagões. Todos esses fatores contribuíram para as dificuldades de exportação e importação de bens. (FRANÇA, 2009).

Apesar de ter sido considerada um grande avanço econômico para Anápolis e para o estado de Goiás, na década de 1940 a ferrovia perdeu o reconhecimento que havia adquirido em razão da Segunda Guerra Mundial, período este que ocorreu um grande controle acerca da distribuição de combustível, fazendo com que no ano de 1976 os trilhos que iam do centro da cidade até o Distrito Agroindustrial fossem removidos.

Já o terceiro marco foi no ano de 1960, quando ocorreu um processo de avanço em Anápolis. Neste ano aconteceu a construção da capital do país, Brasília, facilitando o desenvolvimento de Anápolis, uma vez que a cidade exercia uma função de entreposto e base logística regional por estar localizada entre Brasília e Goiânia.

Estabelecida no cruzamento das rodovias BR 060, BR 153 e BR 414, a cidade de Anápolis alavancou. Esse fato se deu porque a construção da capital do país buscou abrir rodovias que ligassem todo o país a ela, beneficiando o centro-oeste goiano. Desta forma, segundo o IBGE, Goiânia e Anápolis que no ano de 1970 possuíam 20,17% da população da região, passaram a ter 44,01% no ano de 2007.

O desenvolvimento da atividade agrícola também foi importante na década de 1960, aprimorando suas estruturas técnicas e produtivas no estado. Nesta época o estado de Goiás iniciou seu processo de industrialização, visando à inserção de uma superintendência de distritos e áreas industriais. (CASTRO, 2004).

O setor terciário passou a ser mais dinâmico do que o setor primário, isto contribuiu para a maior urbanização da cidade, já que o número de pessoas que se deslocavam para a sede do município, tanto para fixar residência, quanto para promover transações comerciais, estava cada vez maior. Nesta fase houve a construção da base aérea.

A respeito da construção da Base Aérea:

A situação mudaria quando em 1971 teve início na construção da Base Aérea de Anápolis e em 1973, por conta disso, a cidade foi declarada Área de Segurança Nacional, o que levou o Governo Federal a cassar o mandato do prefeito eleito. Entre 29 de agosto de 1973 e 31 de dezembro de 1985, nove interventores administraram Anápolis privando a população do debate político. (POLONIAL, 2005, p. 44).

Em relação à instituição do DAIA- Distrito Agroindustrial de Anápolis:

Em 1973, essa superintendência da lugar a Companhia dos Distritos Industriais de Goiás (GOIASINDUSTRIAL), instituída no governo de Leonino Ramos Caiado, e a partir desse momento, foram tomadas as primeiras providências para a construção do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Com isso, os investimentos no setor industrial contribuíram para transformar a cidade de Anápolis em um dos mais importantes centros industriais da região Centro-Oeste. (LUZ, 2009, p. 189).

Com o passar do tempo, mesmo sem ter novas indústrias instaladas na região, a área onde se localizava a Vicunha foi aglutinando cada vez mais gente, desenvolvendo o comércio, tendo isto ocorrido devido ao baixo preço da terra, o que fez com que aos poucos o bairro se tornasse o maior da cidade, adquirindo assim, cada vez mais importância dentro do cenário intra-urbano da cidade. Isto pode ser comprovado pelo fato de a Vila Jaiara ter sido o primeiro bairro a possuir uma linha de ônibus ligando o centro do bairro ao centro da cidade; a primeira loja de eletroeletrônicos; a primeira agência dos correios e a primeira agência bancária fora do Setor Central da cidade, como relatam os moradores mais antigos da região. No ano de 1975 a Vila Jaiara já contava com quase 5.000 habitantes (IBGE, 1997).

Desenvolvimento da cidade de Anápolis:

Nos anos que se seguiram a cidade teve um grande crescimento populacional e grande expansão territorial. No início da década de 1980 todos os espaços vazios entre o Centro e Vila Jaiara já haviam sido preenchidos por outros bairros. Nesse período dois bairros se destacaram pelo seu crescimento, a Vila Jaiara e o Bairro Jundiá. O primeiro teve seu crescimento alavancado principalmente pelas classes populares e o segundo pelas classes de alto poder aquisitivo. Estes dois bairros cada vez mais exerciam sua influência nos bairros vizinhos, descentralizando serviços específicos do Setor Central da cidade, modificando assim a dinâmica interna da cidade. (CORREA, 2001, p.45).

Um dos pontos de referência de Anápolis que tem se destacado são as indústrias farmoquímicas:

Para o Estado de Goiás o DAIA em 1977 representou a geração de 7.500 empregos diretos e 13.500 indiretos, incremento de 140% na arrecadação do ICM industrial do Estado, melhor aproveitamento das matérias primas existentes, qualificação e aperfeiçoamento da mão de obra que, embora abundante, era de baixa qualidade e orientação dos fluxos migratórios que se destinavam a cidade com grande desenvolvimento, aliviando desta maneira as pressões demográficas sobre a estrutura urbana da Capital Federal. Assim as externalidades

geradas pelo DAIA trouxeram para o Estado um aumento ao nível geral de produtividade da economia. (GARCIA, 2006, p.96)

As crises econômicas dos anos 1980, contudo, repercutiram de forma direta no desenvolvimento e consolidação do Distrito Agro-Industrial de Anápolis, com o fechamento de indústrias e geração de desempregos. Tendência essa que começou a ser revertida a partir de incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo governo estadual, por intermédio do programa Fomentar. (POLONIAL, 2005).

O DAIA foi considerado um dos complexos industriais mais bem servidos de infraestrutura do interior brasileiro. O distrito deveria ser autossuficiente em energia elétrica, redes de água e esgoto, comunicação e transporte. Embora o DAIA tenha sido projetado para abrigar as tipologias supracitadas, esta realidade não se concretizou no seu todo. O distrito hoje abriga indústrias como: produtos minerais não metálicos, madeira, produtos farmacêuticos, produto alimentar, produtos de matérias plásticas. (POLONIAL, 2005).

A economia de Anápolis tem como foco, neste momento, a agroindústria e outros ramos do setor secundário, revitalizando as finanças do município, embora o comércio continue sendo a atividade econômica mais importante da cidade. Nos anos noventa e no início do século XXI, o DAIA teve uma nova fase de crescimento, apresentando como foco a indústria farmacêutica. (MARTINS JUNIOR, 2007).

2.2. Desenvolvimento urbano de Anápolis e surgimento dos assentamentos precários

Com as primeiras iniciativas de urbanização, inúmeras mudanças ocorreram dentro da cidade. Até a década de 1920, as casas eram de adobe e pau a pique e não possuíam água encanada. Somente após o ano de 1920 é que chegaram os primeiros construtores de casa de tijolos e com banheiros, assim, se iniciou uma nova fase na economia anapolina. Surgiram as olarias em 1921, que na década de 30 se transformaram em cerâmicas, indústrias de tijolos, telhas e ladrilhos de propriedade do Sr. Jad Salomão e Agostinho de Pina. (POLONIAL, 2005).

O povoamento do Estado de Goiás foi determinado pela mineração aurífera, sobretudo a partir da bandeira que partiu de São Paulo em julho de 1722, chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. Durante o período histórico

do ciclo do ouro, ocorreu à exploração intensiva das minas de ouro e de diamante no Brasil. Com isso, na sua origem, a forma de urbanização de Goiás configurou-se como sendo:

A mais irregular e instável, sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação, quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece. (PALACÍN e MORAES, 1986, p. 11).

Essa procedência pode ser descrita como um laço importante na reconstrução de suas identidades na cidade, sendo um referencial entre os imigrantes das cidades próximas a Anápolis, como os que vieram de outras regiões do país e até mesmo exterior. O crescimento da cidade é dessa forma descrito por um ex-trabalhador da construção civil, em uma entrevista realizada pelo pesquisador Polonial (2005):

Anápolis era uma cidade que estava crescendo e que tinha um número muito grande de profissionais da construção civil. A cidade era pequena, mas começou a crescer e houve uma influência muito grande do tráfego do comércio. (POLONIAL, 2005, p.10).

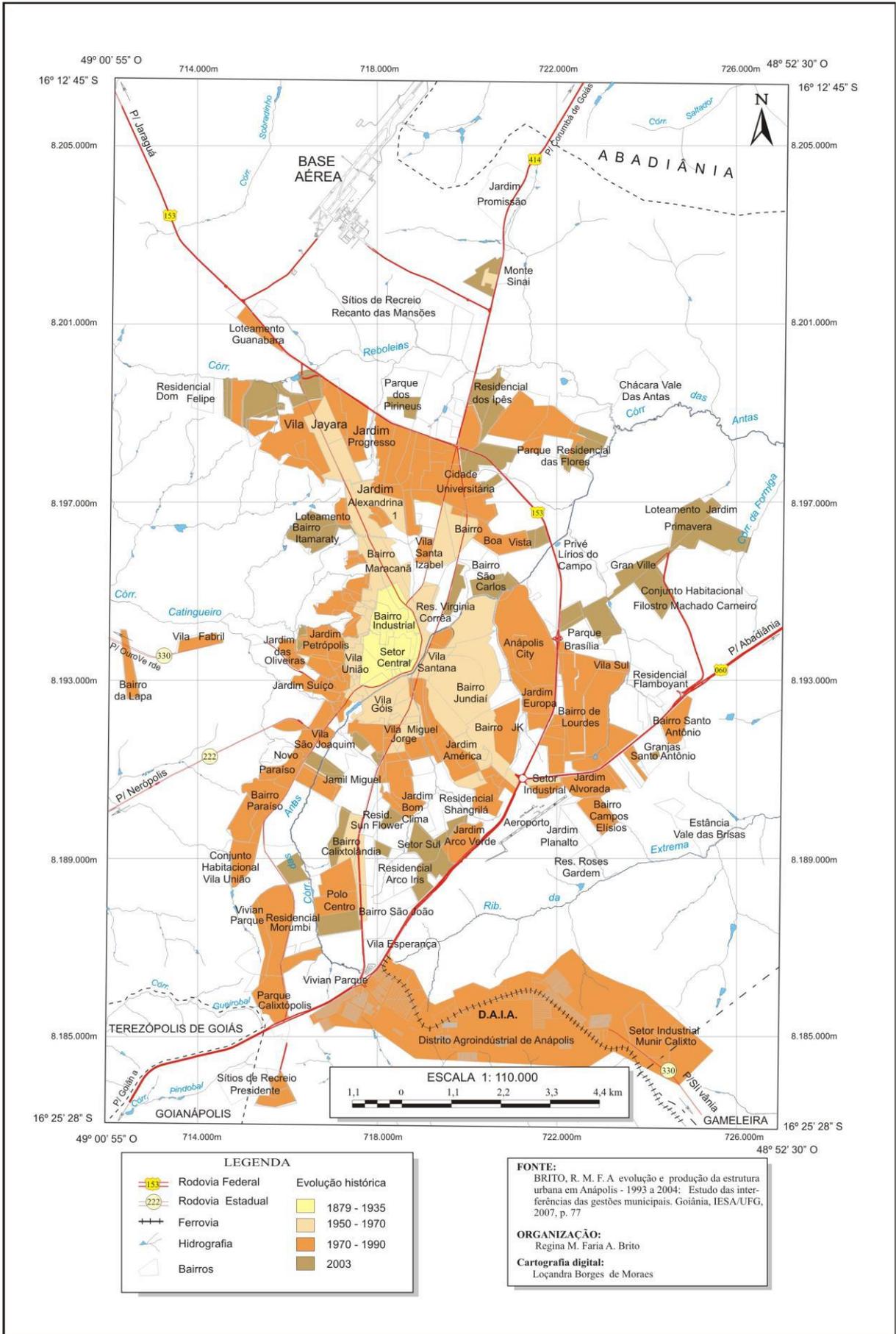
Apesar de a cidade ter crescido desordenadamente, a urbanização de Anápolis decorreu de uma política deliberada e planejada pelo Governo Federal, que desejava a redistribuição demográfica como forma de integração do processo de transformação da estrutura econômica brasileira, e também pelo Governo de Goiás, que usava como estratégia de frações da oligarquia dissidente pela consolidação do poder estadual. (MARTINS JUNIOR, 2007)

E ainda quanto ao progresso de Anápolis:

É incontestável o progresso de Anápolis, inúmeras são as construções, mesmo assim há falta de casas. Diversas companhias instalaram suas agências nesta cidade, porém, o número de inscrições é volumoso. Anápolis já sentia o progresso. Inaugurou a linha telegráfica (1929) linha aérea postal (1931), iluminação pública (1933), inauguração da estrada de ferro (1935), instalação da empresa de transporte coletivo (1940), elevaram-se os aluguéis a preços proibitivos, pensões surgiram a vida de fervilhava ao redor da estação ferroviária que chegou com a primavera de 1935. A indústria Anapolina se baseava principalmente em transformação de matérias prima de origem animal e vegetal. (CASTRO, 2004, p. 22).

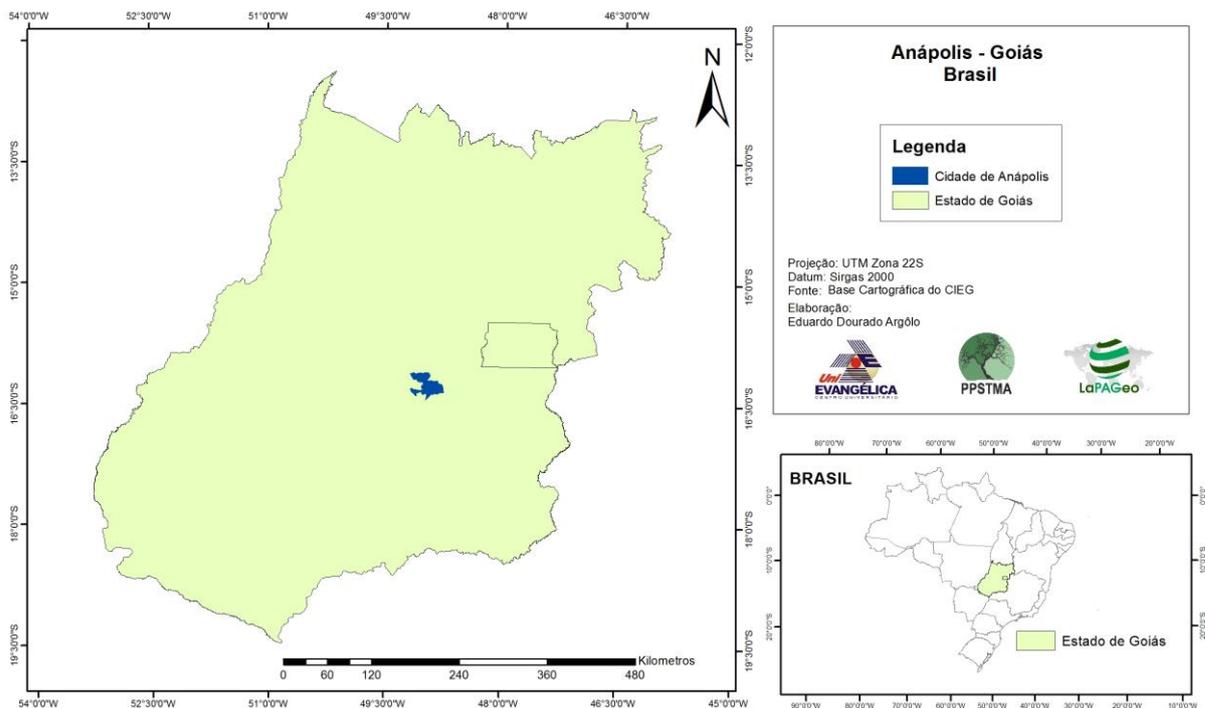
Anápolis foi incluída nos programas de desenvolvimento, recebendo incentivos para infraestrutura urbana e comunitária e para atrair capitais industriais. Assim preparada, Anápolis foi escolhida para sediar o mais importante distrito industrial do Estado, e hoje, é classificada como cidade média pelo número de sua população, localização e relevância de sua função regional na rede urbana. A capacidade tecnológica é a eficiente utilização de tecnologia através dos esforços tecnológicos de pessoas, empresas e regiões pelo processo acumulativo e aglomerativo de aprendizagem. (POLONIAL, 2005).

A evolução histórica da ocupação urbana de Anápolis (1879-2005) será mostrada no mapa abaixo:



Anápolis é considerada uma cidade média, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no ano de 2010 possuía 334.613 habitantes, já em 2015, Anápolis passou a ter uma população estimada em 366.491 de pessoas, com área de unidade territorial 933,156. Desta forma, possui a terceira maior população do estado, sendo o segundo município que mais arrecada impostos e é a segunda maior cidade do estado de Goiás.

Mapa 01 - Localização da cidade de Anápolis – GO.



Fonte: Steckelberg, 2017.

De acordo com Souza (2009) a classificação de uma cidade em média está interligada à quantidade de pessoas que está possui, sendo que cada país utiliza formas diferentes para definir isto durante o decorrer dos anos.

Em relação a sua dimensão urbana, a cidade média possui uma entidade econômica e é socialmente equilibrada, podendo ser vista como uma ótima cidade. Já em relação à política de ordenamento e de desenvolvimento, a cidade média é vista de acordo com a maneira que vem se destacando no enquadramento da sua região. (COSTA, 2002).

O espaço urbano influencia no crescimento e desenvolvimento das cidades, principalmente quando se trata das cidades médias. De acordo com Mendonça (2016, p.34)

O espaço urbano não se constitui apenas de um espaço físico, ele é o reflexo das relações sociais, políticas, econômicas e culturais de um povo. O espaço urbano é um produto social, e para tanto deve ser aprimorado, visando proporcionar às pessoas maneiras de utilizá-lo de forma mais justa e igualitária.

Para que haja um entendimento da concepção de cidade, no que diz respeito ao espaço urbano, é preciso realizar uma análise da formação deste espaço. Desta forma, para Lefebvre (2001) a cidade pode se analisada tanto pelas suas relações sociais, quanto pelo seu objeto, sendo o espaço caracterizado mediante o social, aquilo que foi edificado, delineado, fabricado e do mental, aquilo que foi deduzido, criado, representado.

O espaço urbanístico, para Correa (1989), é visto como um lugar com alta aglomeração de comércios e serviços, indústrias e diversas moradias. Para o autor os agentes sociais são responsáveis pela modificação desses espaços. Segundo Mendonça (2016, p. 37) “os agentes modificadores ou modeladores do espaço urbano atuam sempre em conjunto”.

Para definir se uma cidade é pequena, média ou grande são utilizados critérios que se diferem dos do âmbito internacional, considerando que a concepção das cidades brasileiras diverge das de outros países, seja em seu transporte ou em seu espaço urbanístico. No Brasil, as cidades médias são definidas como as que possuem entre 50 mil e 500 mil pessoas. (IBGE, 2007).

Por se tratar de uma cidade média, Anápolis possui características básicas definidas por um espaço constituído por fixos e fluxos. Segundo Santos (1997) os fixos decorrem das ferramentas de trabalho e da produção, já os fluxos são constituídos pela divisão e distribuição dos fixos, sendo primordial realizar a movimentação dos produtos.

Os procedimentos do processo de produção são realizados de maneira fracionada no espaço, ou seja, é de maneira dividida que se tem a distribuição do trabalho, o local onde será produzido o produto, bem como, onde este será consumido. Para Arroyo (2015) as empresas possuem uma importante atuação neste quesito, sendo estas responsáveis por designar os fixos e os fluxos,

determinando onde o produto será feito e consumido, estimulando a competitividade, fazendo com que o local onde elas estão cresça.

Os subcentros são uma espécie de agrupamento de comércios e serviços que não estão no centro da cidade, para Villaça (2001, p. 293) houve proliferação de “lojas comerciais, consultórios, bancos, cinemas, escolas, restaurantes, bares, para atender à população residente no local”. Desta forma, estes subcentros facilitam a transação entre o fixo e o fluxo.

As recomposições e reconstruções dos espaços urbanísticos, das cidades médias, são devido às acentuadas ações do setor terciário, que ocasionaram várias mudanças socioespaciais. Para Catells (1993, p. 276), “com relação ao nível econômico, a centralidade exprime certa correlação dos diferentes elementos econômicos da estrutura urbana (produção, consumo, troca), bem como, as relações internas de cada elemento”.

As cidades médias possuem uma grande concentração de oportunidades de emprego devido ao seu crescimento e chances de maiores expansões. Segundo Mendonça (2016, p. 40):

Um bairro e ou conjunto de bairros que apresentam um setor terciário bastante desenvolvido e solicitado pela população, ou seja, comércios e serviços intensos e que sirvam intensamente aos propósitos dos moradores do bairro e ou adjacências, podem ser considerados subcentros em um espaço urbano.

Pereira e Luz (2010) destacam que as últimas décadas do século XX contribuíram para que as cidades médias voltassem a funcionar de maneira diferente, uma vez que houve um redirecionamento dos espaços de circulação e produção expandindo-os para outros lugares da cidade, fazendo com que não ficassem concentrados apenas no centro. Desta maneira, tais fatores contribuíram para impulsionar a economia do território.

A indústria e o comércio são os principais responsáveis pelo destaque de Anápolis no Centro-Oeste goiano, dado que o comércio foi um dos grandes contribuintes no desenvolvimento gradativo do município, expandindo e estimulando o avanço do espaço urbanístico. Já a indústria, por sua vez, elevou a busca por serviços, todavia, esse processo de industrialização aumentou a terceirização do mercado de trabalho, sendo responsável pela sua precariedade. (PEREIRA e LUZ, 2010).

Para Sposito (2003) as cidades são compostas por uma estrutura urbana que pode ser comparada a um mosaico, onde se tem costurado diversas atividades econômicas, colocadas e recolocadas no uso espacial da cidade, bem como, os lazeres e residenciais desta. Para Luz (2009) esta estrutura é visível em Anápolis, basta observar o número de lojas, com maior ênfase no centro. É notória a tentativa de descentralização do comércio na cidade, havendo ocorrido de duas formas:

A primeira, com a abertura de filiais nos shoppings Anashopping e Brasil Park Shopping; a segunda, diz respeito à abertura de lojas na Grande Vila Jaiara, ao norte da cidade, uma área de concentração de população de camadas mais populares. Esse sentido, inclusive, também é percebido no que tange aos serviços da administração pública, clínicas odontológicas, farmácias, supermercados e banco, produzindo uma área dinâmica da atividade comercial fora da área central. O Bairro Jundiaí é outra área que tem se expandido nos últimos anos, nesse caso, porém, trata-se de um modelo de expansão que se articula com os serviços na área da saúde. Pois, no alto do Bairro Jundiaí se localiza a Santa Casa de Misericórdia, um dos maiores hospitais da cidade, com isso, criou-se um eixo entre o centro e esse hospital e, nessa direção diversos consultórios médicos e odontológicos, clínicas especializadas, além de laboratórios estão sendo abertos. (PEREIRA e LUZ, 2010, p. 9)

Para Pereira e Luz (2010) o comércio anapolino encontra-se no centro da cidade, onde foi fixado primeiramente, sendo seguido pela Vila Jaiara, na qual o comércio está em grande amplificação, apresentando muitas vezes as mesmas lojas já solidificadas no centro da cidade, contando agora também com um shopping. O bairro Jundiaí é solidificado pelos inúmeros consultórios e laboratórios médicos, possuindo também uma grande concentração de pizzarias e outras opções de lugares com finalidades alimentícias. A Avenida Brasil (maior avenida da cidade) também possui grande concentração do comércio de Anápolis, sendo este dividido em região sul (saída para a capital Goiânia) com grande número de concessionárias automobilísticas e região norte com lojas de materiais para obras.

Com a expansão no território anapolino, uma das consequências é a dificuldade de locomoção nas vias urbanas, bem como o alto preço dos aluguéis e o aumento dos impostos. Para Sposito (1998) isso ocorre por causa da descentralização do espaço urbanístico da cidade, podendo ser observadas quatro práticas neste processo:

a) As novas localizações dos equipamentos comerciais e de serviços concentrados e de grande porte determinam mudanças de impacto no papel e na estrutura do centro principal ou tradicional, o que provoca uma redefinição de centro, de periferia e da relação centro-periferia. b) A rapidez das transformações econômicas que se expressam, inclusive, através das formas flexíveis de produção impõem mudanças na estruturação interna das cidades e na relação entre as cidades de uma rede. c) A redefinição da centralidade urbana não é um processo novo, mas ganha novas dimensões, considerando-se o impacto das transformações atuais e a sua ocorrência não apenas nas metrópoles e cidades grandes, mas também em cidades de porte médio. d) A difusão do uso do automóvel e o aumento da importância do lazer e do tempo destinado ao consumo redefinem o cotidiano das pessoas e a lógica da localização e do uso dos equipamentos comerciais e de serviços (SPOSITO, 1998, p.28).

A descentralização do comércio faz com que cada região fique especializada em uma área, ou seja, em determinada atividade. Segundo Pereira e Luz as especializações do comércio anapolino ficaram fracionadas da seguinte maneira:

No caso, a Avenida Brasil Norte-Sul representa este desdobramento no contexto intra-urbano anapolino. Enquanto, a Vila Jaiara se consolida como uma nova centralidade, agregando ao longo da Av. Fernando Costa e adjacências, agências bancárias, lojas de rede especializadas em eletrodomésticos, serviços especializados de saúde e de serviços, além de atividades típicas da zona periféricas que atendem ao consumo local. O Bairro Jundiáí, por outro lado, apresenta uma diversificação maior de atividades, bem como, uma especialização quanto aos serviços, destacando o setor de saúde e respectivas atividades correlatas. (2010, p. 10 e 11).

E é neste contexto que vários assentamentos precários surgem em Anápolis, em espaços urbanos sem uma adequada infraestrutura.

2.2.1 Assentamentos precários em Anápolis

Existem várias características para se definir um assentamento precário, como, por exemplo, o modo como ocorreu à ocupação do espaço urbanístico, se as ruas estão compostas de maneiras irregulares e afinadas, se as construções não estão regularizadas e os lotes foram divididos de maneira assimétrica e se há uma escassez de serviços básicos para a população (energia, água, coleta de lixo).

Segundo o IBGE os aglomerados subnormais, como também chamados os assentamentos precários, são:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2011, p. 19).

Desta forma, de acordo com o IBGE (2011), no Brasil existem cerca de 6.329 aglomerados subnormais, estando estes distribuídos em 323 municípios das cinco regiões do país. Apenas 9 dos 323 municípios pertencem à região Centro-Oeste, sendo o estado de Goiás um dos que possui o menor número de aglomerados subnormais, perdendo apenas para o estado do Mato Grosso do Sul.

Os aglomerados subnormais no estado de Goiás são caracterizados quanto à forma de abastecimento de água, ao tipo de esgoto sanitário, ao destino do lixo e quanto à energia elétrica.

Em relação ao abastecimento de água, 88,93% das moradias localizadas nas áreas subnormais possuem abastecimento adequado de água, enquanto as outras utilizam poço artesiano ou cisterna. Já em relação ao tipo de esgoto sanitário, o número é bem baixo, apenas cerca de 53,48% das moradias tem esgoto sanitário, dividindo entre 31,10% com esgoto pluvial e 22,38% com fossa séptica. A maioria desses domicílios adota o uso de fossa rudimentar, isso quando o esgoto não fica exposto a céu aberto. (IBGE, 2011)

No que diz respeito à destinação do lixo dos assentamentos precários, o número de moradias que possuem serviço de coleta de lixo é alto, sendo que 93,67%, dos que não possuem o atendimento de tal serviço descartam seu lixo em terrenos baldios ou em rios, lagos e córregos. No tocante ao fornecimento de energia nos aglomerados, cerca de 82,81% das moradias possuem fornecimento

adequado de companhia distribuidora, os demais realizam uma espécie de “gato” para terem acesso a energia elétrica e outros não possuem acesso a ela. (IBGE, 2011).

O Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) é o instrumento de planejamento que deve representar as necessidades e demandas da sociedade na temática habitacional, trazendo detalhamento sobre as condições e limitações físicas, financeiras, sociais, culturais do município para responder a estas demandas.

O PMHIS também deverá trazer as ações e estratégias que os municípios, por meio de seu governo e sociedade, adotarão para estruturar as potencialidades e superar os problemas diagnosticados.

De acordo com Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Anápolis PMHIS (2011), estima-se que exista um déficit habitacional de 18.900 moradias na cidade, o que justifica o interesse da administração pública municipal em promover o desenvolvimento de projetos de Habitação de Interesse Social (HIS).

Segundo PMHIS (2011), Anápolis possui mais de 23 áreas de assentamentos precário, nas quais muitas destas habitações se caracterizam como Aglomerados Subnormais. Esses assentamentos, segundo a Prefeitura Municipal de Anápolis PMA (2011), estão distribuídos em áreas públicas e particulares, sendo então áreas de irregularidade fundiária “que apresentam condições inadequadas de moradia em função do local ou tipo de material utilizado nas construções; bem como, áreas que possuem irregularidades na densidade das ocupações.” (Luz e Souza, 2014 p. 11).

Além disso, muitos desses assentamentos precários são encontrados em áreas de riscos ambientais, com ocorrências de problemas geológico-geomorfológicos, ligados aos processos erosivos com formações de voçorocas, áreas de alagamentos e inundações, entre outros riscos. Podem ser citados alguns exemplos de Assentamento Precário em áreas de risco em Anápolis, como: o Assentamento Precário localizado no bairro Anápolis City, no qual ocorrem erosões da margem fluvial e inundações, atingindo a população que ali habita. Outro exemplo, o Assentamento Precário do Novo Paraíso, conhecido tradicionalmente como “Morro do Cachimbo”, localizado em uma Área de Proteção Ambiental (APA), onde ocorrem voçorocas, além de riscos de enxurradas e alagamentos. (MONTEIRO, 2016)

A cidade faz parte do núcleo mais desenvolvido do centro-oeste goiano, em razão de estar localizada entre Brasília (capital do país) e Goiânia (capital do estado de Goiás). Segundo o IBGE, em 2016, foi realizada uma estimativa de que a cidade abriga uma população de 370.875 pessoas, sendo a terceira cidade com o maior número de habitantes.

Por conseguinte, com o forte crescimento da população local e os problemas estruturais e sociais (educação, mortalidade infantil, renda familiar, urbanização adequada) que a cidade veio adquirindo desde a sua formação, seria inevitável o surgimento de assentamentos precários. A situação precária das residências, de acordo com Alfredo Pereira de Queiroz Filho (2015, p. 341), se dá devido a:

Inúmeras carências e inadequações, tais como: irregularidade fundiária; ausência de infraestrutura de saneamento ambiental; localização em áreas mal servidas por sistema de transporte e equipamentos sociais; terrenos alagadiços e sujeitos a riscos geotécnicos; adensamento.

Em relação à mortalidade infantil, a cidade de Anápolis apresenta uma taxa de 12.72 para cada 1.000 indivíduos nascidos vivos, ficando esta na 112ª colocação em um comparativo de todo o estado. Conquanto a quantidade de indivíduos que necessitaram de internação ocasionada por diarreia foi de 0.4 para cada 1.000 moradores da cidade, encontrando-se na 163ª colocação. (IBGE, 2016)

Em se tratando de território e ambiente, a cidade apresenta apenas 57.6% de residências com despejo de resíduos sanitários feitos de maneira apropriada e ainda assim ocupa uma colocação favorável em relação às outras cidades do estado, estando em 35º lugar. A porcentagem também é baixa em se tratando de residências que possuem urbanização satisfatória com calçada, asfalto, meio-fio e boca de lobo, uma vez que 30.4% usufruem desses benefícios, apesar disso a posição ocupada pela cidade é considerada boa em relação aos outros municípios do estado, ficando em 10º lugar. (IBGE, 2010)

Como na grande maioria das cidades, em Anápolis os bairros foram surgindo em volta do centro, crescendo de maneira desordenada, sem nenhum planejamento ou controle. Isso acabou ocasionando problemas de segregação socioambiental, dado que a estrutura precária apresenta situações adversas, como às inundações que ocorrem na Avenida Universitária.

Infelizmente Anápolis não possui um planejamento eficaz que atente para os casos de dificuldades ocasionados pelo desenvolvimento acelerado e desequilibrado do município e de seu espaço urbanístico. Consoante, o Plano Diretor da cidade aborda:

De forma geral, as leis urbanísticas que regulam a expansão física da cidade e o uso e ocupação do solo são inacessíveis à maioria da população, criando desta forma a clandestinidade e o licenciamento irregular. A forma de segregar usos torna-se um mal pela sua inflexibilidade, levando a cidade à informalidade. O zoneamento e uso do solo na forma estabelecida por lei não foram suficientes para comandar o mercado. As leis urbanísticas de Anápolis foram elaboradas para uma cidade de modelo formal, idealizada sem a percepção da cidade real, aquela que se transforma através das forças econômicas e sociais. (2005-2006, p. 104)

Seria necessário estabelecer uma maior disponibilidade política para o espaço urbanístico, para que ocorra uma maior indagação de como solucionar as questões de ausência de investimentos na licitação de serviços urbanos, que acabam ocasionando uma espessa segregação urbana e socioambiental. (LUZ; BORGES; FREGONEZZI, 2011).

Há também a necessidade de instituir novas políticas públicas para driblar a falta de sustentabilidade que vem ocasionando desarmonia entre o que é imprescindível para as pessoas que habitam nesses locais e a maneira que é feita a satisfação de tais necessidades. Ocasionalmente à presença de uma maior demanda de serviços e investimentos urbanísticos, em razão da ausência de uma capacidade do poder público em igualar os serviços oferecidos em determinados bairros e ausentes em outros, o que acaba abalando a legitimidade do próprio poder público. (LUZ; BORGES. FREGONEZZI, 2011)

Um dos propósitos de desenvolvimento de alguns bairros na cidade de Anápolis foi o de abrigar moradores com baixo poder aquisitivo, que não possuíam condições de adquirirem moradia em locais próximos ao centro como, por exemplo, o Conjunto Habitacional Filostro Machado (criado no ano de 1994). Outros exemplos de bairros que foram criados com o mesmo intuito são o Copacabana, o Leblon, e o Summerville, todos derivados do programa social Minha Casa, Minha vida.

As áreas subnormais abrigam cerca de 1.812 habitantes, posto que grande parte desses indivíduos estão aglomerados nos bairros Novo Paraíso I e

Novo Paraíso II. O bairro Novo Paraíso I se originou da antiga favela Morro do Cachimbo que possui em média 513 residências. (BRITO, 2011)

Nos bairros próximos ao centro a quantidade de indivíduos em relação à superfície do território é de 100 moradores por hectare, enquanto que, nos bairros mais afastados como o Novo Paraíso I, e nos arredores do bairro Anápolis City, adjunto ao córrego Água Fria, a quantidade de indivíduos em relação à superfície do território é bem maior, atingindo 200 moradores por hectare. (BERNARDES; TAVARES, 2007)

Conforme apresentado por Bernardes e Tavares, as áreas subnormais são divididas da seguinte maneira em Anápolis:

Áreas públicas municipais escrituradas – totalizando 03 locais (setor Industrial Munir Calixto, Jardim Alexandrina e Residencial Jandaia) com 432 moradias; assentamento subnormal em área pública não escriturada – totalizando 14 locais (Jardim Santa Cecília, Parque das Nações, Santos Dumont, Jardim das Américas (3º etapa), Polocentro, Victor Braga, Pq. das Primaveraes, Santo André, Adriana Parque, Vila Corumbá, Anápolis City, Vila Brasil, Vivian Park 1º Etapa e Jardim Progresso) com 1200 moradias; e assentamentos subnormais em áreas particulares – totalizando 03 locais (Jd. Esperança, Novo Paraíso (Morro do Cachimbo), Leito da Antiga Ferroviária (envolvendo os bairros Arco Verde, St. Sul, São João) com 1800 moradias. (2007, p. 10)

Grande parte desses aglomerados subnormais estão posicionados próximos às margens d'água, sendo inegável os perigos ambientais que os moradores destes locais enfrentam, sendo ocasionados tanto por fatores de fonte física/biológica, como pela maneira que foi realizada a instalação desses assentamentos. A título de exemplo, as moradias que possam sofrer algum desses perigos são as localizadas na favela do bairro Anápolis City, bem como as residências do bairro JK Nova Capital, Vila Santa Maria, São Carlos entre outros que agregam em seu território corpos d'água. (BERNARDES; TAVARES, 2007)

Atualmente existe uma preocupação com a qualidade de vida que os indivíduos possuem, ou seja, se este está tendo momentos de bem-estar físico, mental, emocional e psicológico com os seus familiares, amigos e colegas, bem como que tenham acesso à saúde, educação e arte. Para Tani qualidade de vida é:

Uma ideia largamente difundida na sociedade correndo-se o risco de haver uma banalização do assunto pelo seu uso ambíguo,

indiscriminado ou oportunista como acontece, por exemplo, com muitos políticos que prometem elevar a qualidade de vida da população lançando mão de estatísticas muitas vezes irreais para comprovar seus feitos. (TANI 2002 apud PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p.244)

No ano de 2010 o IBGE realizou uma pesquisa identificando as peculiaridades de 513 residências em bairros classificados como subnormais em Anápolis, sendo abordados aspectos básicos e essenciais para qualquer indivíduo.

Das residências abordadas, 461 possuíam fornecimento de água pela rede comum e 46 possuíam alguma espécie de poço artesiano, cisterna ou afins nos quintais de suas casas. Em relação ao despejo de rejeitos sanitários, somente 14 dessas residências despejavam pela rede comum de esgoto, duas dessas moradias possuíam fossas sépticas (geralmente revestida de cimento em sua cova, a fim de reter os rejeitos para serem eliminados pelas bactérias), enquanto que as outras 491 possuíam fossa negra (os rejeitos são depositados diretamente no solo contaminando-o) e uma das moradias não possuía sanitário. (BRITO, 2011)

Em referência à coleta de lixo, das 513 residências abordadas, em 381 era efetuada a coleta de lixo pelo caminhão da prefeitura, cinco tinham seus lixos recolhidos por uma caçamba, 103 descartavam seu lixo em terrenos abandonados e duas realizavam esse descarte em córregos. (BRITO, 2011)

Quanto ao fornecimento de energia nessas residências, 498 são atendidas pela CELG, dado que 498 possuem medidor de energia próprio e 17 possuem medidor utilizados por mais uma residência, quatro não possuíam nenhuma espécie de medidor e três não tinham fornecimento de energia elétrica. (BRITO, 2011)

Em outra pesquisa, moradores das áreas subnormais de Anápolis, apontaram que a qualidade de vida aumentou consideravelmente apenas por terem conseguido residência própria. Metade desses moradores afirma que o local é agradável para se viver, enquanto que a outra parcela afirma que vem sofrendo com a ausência de infraestrutura e violência urbana. (BERNARDES; TAVARES, 2007)

Das pessoas entrevistadas, 60% sofrem com as chuvas, porque estas ocasionam a cheia do córrego, ao passo que uma pequena parcela já teve suas casas devastadas por conta dessas cheias. Para grande parte desses moradores, a deterioração do meio ambiente não colabora para o aparecimento de doenças. (BERNARDES; TAVARES, 2007)

Diante de tais dados, é notória a ausência de uma qualidade de vida razoável aos moradores dessas aglomerações, uma vez que grande parte é exposta a uma situação muito precária, não tendo acesso a serviços básicos e necessários para se viver dignamente.

Há uma estimativa que 80% da população que habita essas áreas subnormais da cidade de Anápolis não são qualificadas para o mercado de trabalho, sendo extremamente difícil a sua inserção nele, 50% subsistem através de “bicos”, ficando na margem do emprego e desemprego, com estimativa de salário igual e muitas vezes menor que um salário mínimo. Grande parcela dos indivíduos dessas áreas sobrevivem apenas com o que ganham do programa social Bolsa Família, sendo o bairro Novo Paraíso I parte dessa estimativa. (LUZ; BORGES. FREGONEZZI, 2011)

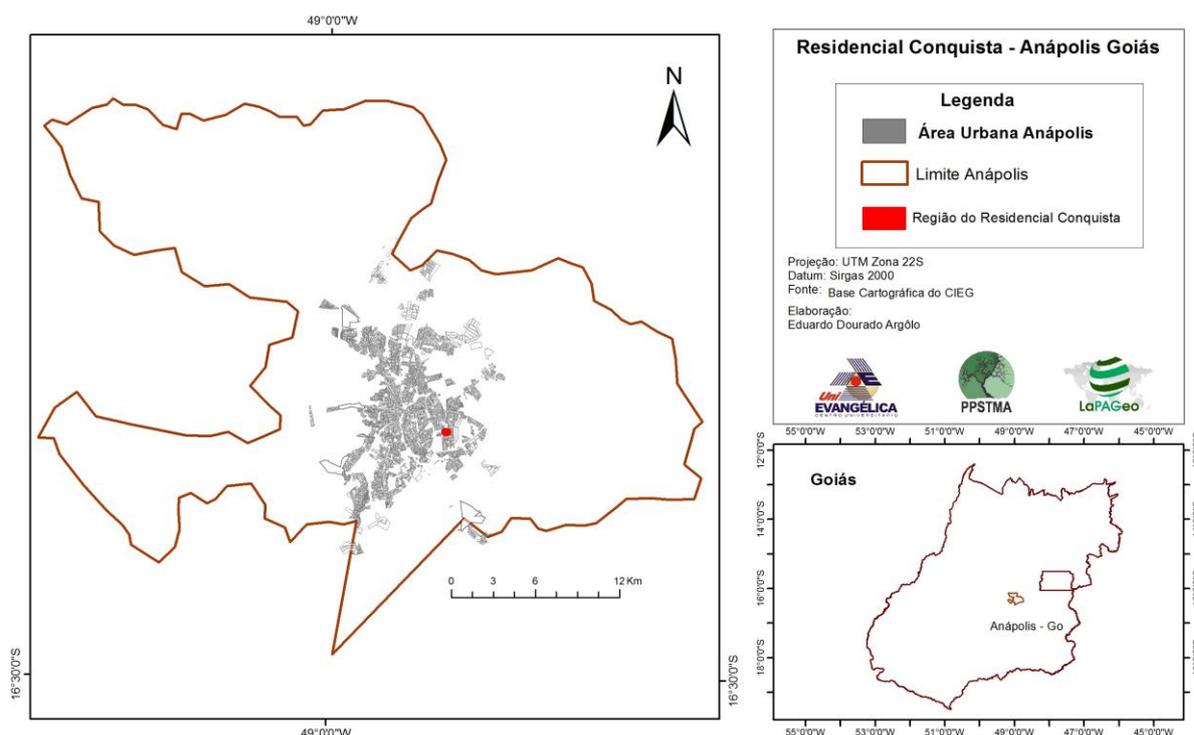
Com isso, a instabilidade que essas áreas possuem devido à segregação socioespacial (geralmente uma área muito afastada do centro da cidade) e socioambiental (riscos de desabamento de encostas, transbordamentos de córregos), precisa ser acompanhada pelo poder público, que deve fornecer uma melhor infraestrutura, para que estes bairros não se sintam tão excluídos da cidade, de modo a evitar que ocorram maiores consequências para a população que neles vivem.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO ASSENTAMENTO PRECÁRIO RESIDENCIAL CONQUISTA

A cidade de Anápolis está localizada no estado de Goiás, na Região Centro-Oeste, no planalto central do país, como aponta o mapa 01, estando a 50 km da capital Goiânia e a 140 km da capital federal Brasília. Anápolis é apontada como um dos maiores entroncamentos rodoviários do país, visto que é provida de três rodovias estaduais e três federais (PREFEITURA DE ANÁPOLIS, 2017)

O Assentamento Residencial Conquista está localizado na área urbana da cidade de Anápolis, mais precisamente em sua região leste, próximo ao Bairro de Lourdes, tendo uma distancia de aproximadamente 6 km do Setor Central.

Mapa 02 - Localização do AP Residencial Conquista, Anápolis – GO.



Fonte: Steckelberg, 2017.

O objetivo do presente capítulo foi analisar o Residencial Conquista como um assentamento precário. De acordo com Laura Bueno (2003):

A precariedade pode se referir ao risco (alagamento, deslizamento, proximidade de linhas de transmissão de alta tensão, ou de estruturas viárias ou ferroviárias, proximidades de linhas de oleodutos, ocupação de aterros de lixo etc.), e/ou à acessibilidade

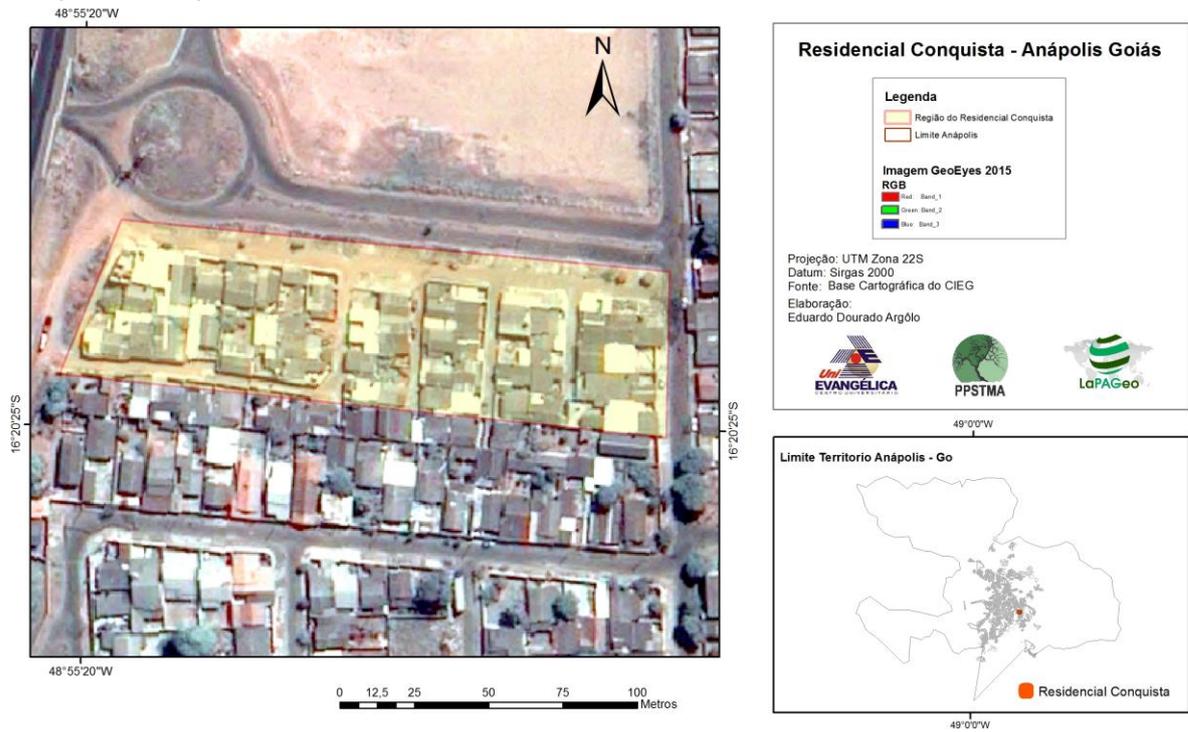
(dimensionamento e condições de circulação do viário); e/ou à infraestrutura (água, esgoto, lixo, pavimentação, energia, drenagem, iluminação pública); e/ou ao nível de habitabilidade das edificações (salubridade, segurança, densidade da unidade habitacional – número de cômodos e/ou área adequada ao tamanho da família, número de pessoas por cômodo servindo de dormitório adequados –, condições de insolação e ventilação, disponibilidade de sanitário interno); e/ou à qualidade ambiental do assentamento (densidade, área verde por habitante, área de praça por habitante, grau de arborização, nível de poluição atmosférica, dos corpos hídricos ou do solo etc.).

Como mencionado no segundo capítulo, o IBGE (2011) tem adotado uma forma para identificação dos aglomerados subnormais, no qual estabelece critérios que devem ser cumpridos, sendo que o Residencial Conquista se adequa a estes critérios; suas ruas possuem um alinhamento irregular, lotes com tamanhos diferentes, além da debilidade dos serviços públicos (que será demonstrado no decorrer da análise da pesquisa), ou seja, possui todas as características estabelecidas pelo IBGE conforme consta no mapa 03 e na figura 01.

O AP Residencial Conquista é composto por 55 (cinquenta e cinco) construções edificadas² de maneira irregular, sendo considerada uma ocupação subnormal, desde o ano de 2003, tendo o equivalente a 220 habitantes, conforme dados levantados em campo pela pesquisadora.

² De acordo com o IBGE (2011) para ser considerado um aglomerado subnormal, este deve conter no mínimo 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais, tendo o Residencial Conquista atendido esta característica de Assentamento Precário.

Mapa 3 – Imagem Aérea dos Aspectos Fundiários do AP localizado do Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Steckelberg, 2017.

Figura 1 – Fotografia das Ruas estreitas e irregulares e lotes com tamanhos diferentes no AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Trabalho de campo Steckelberg, 2017.

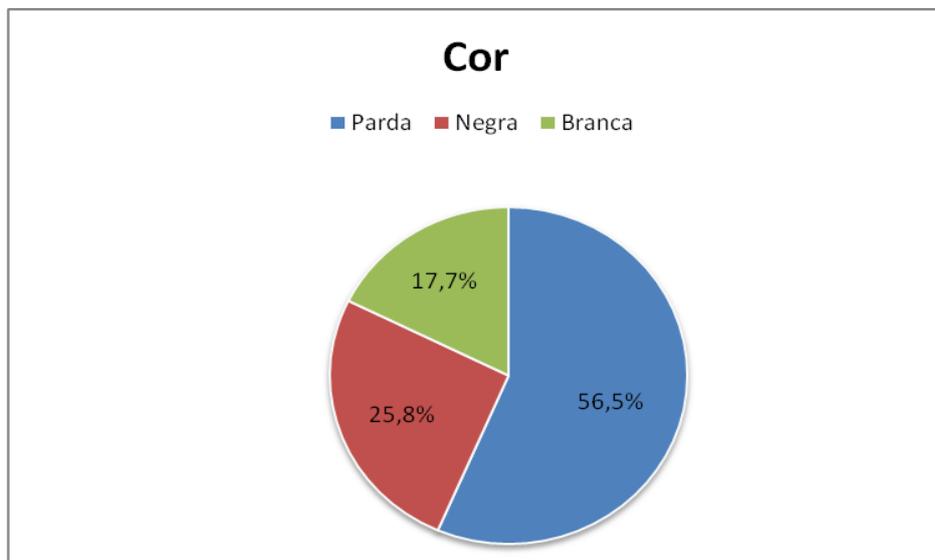
Desta maneira, a área do Residencial Conquista está diretamente vinculada a problemas sociais e ambientais, possuindo forma irregular, não apresentando rede de esgoto e energia elétrica fornecida por uma distribuidora, estando, portanto, os moradores vulneráveis a terem prejuízos ocasionados por questões ambientais.

3.1 Perfil dos entrevistados do Assentamento Precário localizado no Residencial Conquista

Para a construção do perfil dos participantes da pesquisa considerou-se: gênero, idade, cor, estado civil, nível de instrução, quantidade de filhos, cidade de origem, tempo que residem em Anápolis, entre outros. Foram analisadas, ainda, as condições socioambientais dos moradores, bem como a presença ou ausência dos equipamentos públicos no local, sendo os dados obtidos correlacionados por vezes com os dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e/ou com o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais - PEMAS (2002).

De acordo com os dados levantados a respeito do perfil dos entrevistados, no que concerne ao gênero, 80% são mulheres e 20% homens. Já a idade dos entrevistados sofreu uma variação de 27 a 69 anos. Em se tratando da cor, 17,7% declararam-se brancos, 25,8% negros e 56,5% pardos.

Gráfico 1 – Cor dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Tais dados estão de acordo com os dados fornecidos pelo IPEA, já que entre os anos de 1993 e 2007, 66,1% da população se declarou de cor negra e apenas 33% eram brancos. A população predominante nos assentamentos precários são de cor negra, o que confirma que o quesito raça ainda é um fator de exclusão social (IPEA, 2011).

Para Costa (2013) os indivíduos com baixa capacidade aquisitiva, denominados pobres, tendem a ser suprimidos pela sociedade, tendo os assentamentos precários como opção de local para morarem. O racismo ainda exerce grande influência na sociedade brasileira e é um dos grandes responsáveis pela alta população negra que habita as favelas do país. Não há como ignorar que as favelas possuem como principal parâmetro, a segregação dos menos privilegiados economicamente.

Em relação ao estado civil dos entrevistados, 50% são casados, sendo maior que o número de divorciados que é 15%, 25% vivem em união estável e 10% são solteiros. Cabe salientar que para igualar os números de casados com o resto dos quesitos é necessário fazer uma soma de todos eles.

Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

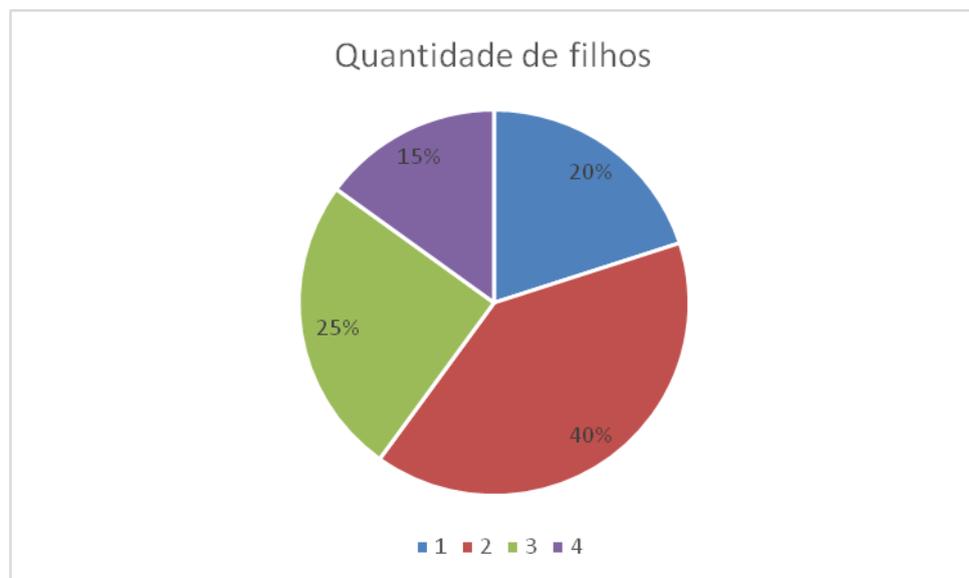
Os dados do estado civil dos moradores do Residencial Conquista diferem do geral da população brasileira, pois no local estudado o número de casados é superior ao número de solteiros, enquanto que no restante do país o número de pessoas solteiras está aumentando cada vez mais, sendo de 48,1%, enquanto que as casadas são 39,9%. É importante frisar que grande parte da população optou por viver unido estavelmente, tendo alcançado o percentual de

57%. Essa mesma pesquisa aponta que o número de divorciados no Brasil é de 5,9% e os viúvos equivalem a 6,1% (IBGE, 2011).

Essa divergência se dá devido ao fato de que os moradores do assentamento procuraram morar neste local por ter um preço mais acessível devido à sua desvalorização no mercado imobiliário, e assim poderem realizar o sonho de possuir uma casa própria. E ainda dar uma maior estabilidade para suas famílias, já que grande parte das pessoas que vieram ali residir já eram casadas ou possuíam uma união estável.

Já a média do número de filhos dos entrevistados do Residencial Conquista é de dois, sendo esta a resposta de 40% dos entrevistados. Já os que possuem apenas um filho correspondem a 20%, os que possuem três filhos equivalem a 25% e com quatro a 15%.

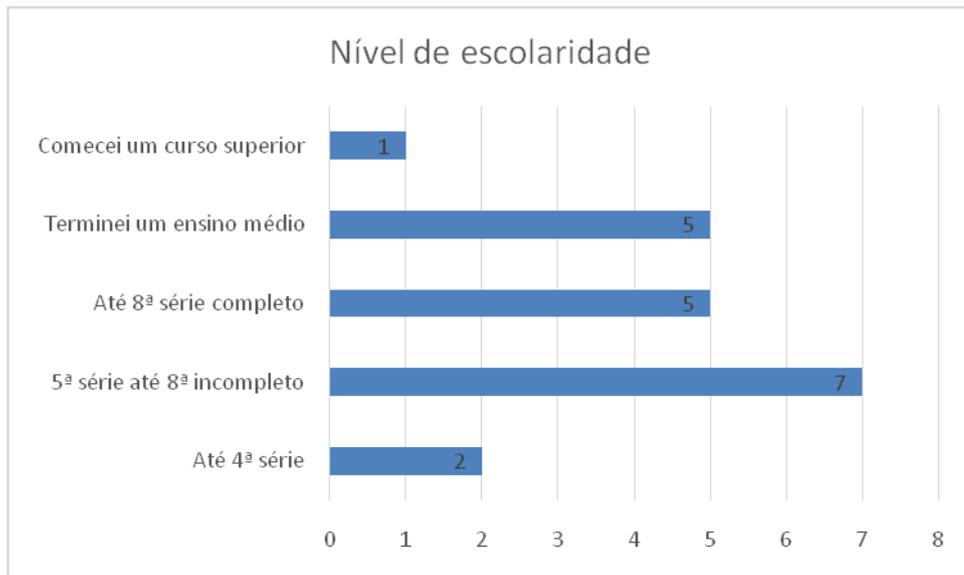
Gráfico 3 - Números de filhos em porcentagem de acordo com a opinião dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Há uma inclinação do brasileiro em reduzir a quantidade de filhos. Considerando os anos de 2003 até 2013 a quantidade de filhos por família diminuiu significativamente de -10,7% para -15,7% em relação às pessoas com menor poder aquisitivo, sendo estes dados que comprovam a diminuição do número de filhos nas famílias de baixa renda (IBGE, 2013).

Gráfico 4 - Números de entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista de acordo com o grau de escolaridade, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Como é possível observar no gráfico acima, dos entrevistados um número representativo possuem da 5ª série até a 8ª incompletos. Já os que possuem o ensino fundamental completo são 25%, da mesma forma, os que possuem o ensino médio completo são 25% e os que possuem até a 4ª série são 10%.

Os que declararam ter iniciado o ensino superior somam apenas 5%, sendo este um número relativamente baixo.

Como grande parte da população brasileira, o nível de escolaridade dos entrevistados é baixo, podendo afirmar que os entrevistados possuem algumas características de exclusão social como indicado por Demo (1993) podendo ser a irregularidade da moradia, a informalidade, a ilegalidade, a baixa instrução, o gênero, a cor, a origem, o baixo poder aquisitivo, entre outros.

3.2 Condições de trabalho

Em relação às condições de trabalho dos entrevistados do Residencial Conquista, houve uma preocupação em avaliar qual a sua profissão, qual trabalho exerce, se atualmente está trabalhando, sendo a principal finalidade traçar o perfil socioeconômico dos moradores.

No quesito profissões, houve uma variação, a principal profissão citada pelos moradores do Residencial Conquista foi a do lar. Também foi apontado

profissões como, auxiliar de produção, pedreiro, líder de limpeza, operador de produção, entre outras, ou seja, apenas profissões que não necessitam de nível superior, uma vez que, como já foi abordado anteriormente, o nível de escolaridade dos moradores é baixo, possuindo a maioria destes apenas da 5ª a 8ª série do nível fundamental incompleto. Segue abaixo o quadro das profissões exercidas pelos moradores do local de estudo.

Quadro 1 - Profissões relatadas pelos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.

Profissões	Quantidade de pessoas
Do lar	7
Artesã	1
Vendedor	1
Marceneiro	1
Comerciante	1
Auxiliar de produção	1
Líder de limpeza	1
Operador de produção	1
Técnica em TSB	1
Pedreiro	1
Autônoma	1
Servente de limpeza	1
Aposentado	1
Operador de máquina	1

Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Outro questionamento abordado foi se os moradores estavam trabalhando no momento. A maioria dos moradores entrevistados respondeu que sim, sendo 60% dos entrevistados e os outros que não, sendo 40%. Desta forma, obteve-se uma taxa representativa de empregados entre os moradores do local, entretanto a porcentagem de pessoas desempregadas ainda é alta, sendo notório que isso é apenas um reflexo da crise econômica e política que o país tem vivenciado nos últimos anos. Segundo o IBGE (2017), no trimestre deste ano

relacionado a março, abril e maio, contabilizou-se o número de 13 milhões de desempregados, sendo 13,3%.

Foi questionado aos entrevistados do bairro qual a sua atividade/ocupação principal. Os que trabalham de carteira assinada equivalem a 37%, já o número dos que não trabalham de carteira assinada é de 63%. Além disso, foi indagado se os moradores contribuem para a previdência social, tendo 42% respondido que sim e 58% respondido que não.

Outra pergunta realizada em relação aos moradores que não trabalham, é o motivo pelo qual ficaram desempregados, tendo 33% respondido que foi demitido e 67% que pediram para sair do emprego. O alto índice de pessoas que pediram para sair de seus empregos gira em torno de problemas sociais, sendo o mais citado, que não possuem um local ou com quem deixar seus filhos.

Muitos moradores relataram que uma das principais dificuldades que enfrentam na hora de se inserir no mercado de trabalho é a ausência de qualificação. Como já abordado anteriormente, grande parte das pessoas que residem no AP Residencial Conquista possuem baixa escolaridade. A situação de precariedade neste quesito foi apresentada pelo Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS, 2002), apontando que cerca de 80% dos moradores das áreas subnormais de Anápolis não possuem qualificação profissional, sendo uma barreira quando vão buscar por vagas de emprego.

O PEMAS (2002) relata, também, que grande parte dos residentes em áreas subnormais possuem subempregos (50%), recebendo um salário mínimo ou até menos que isso, usando como complementação de renda benefícios como o Bolsa Família, Salário Escola, entre outros. Nota-se na realização da pesquisa que os moradores do AP optaram por terem subempregos como uma forma de driblar o desemprego e sustentarem suas famílias.

Foi abordado no questionário qual a cidade de origem do morador, desta forma, pôde ser constatado que uma grande parcela dos moradores deste AP vieram de outras cidades. Dos entrevistados, uma quantidade significativa veio do Estado de Goiás, sendo de regiões próximas da cidade de Anápolis como, por exemplo, Pirenópolis, Ceres, Goianésia, Goiânia, Corumbá, Jaraguá, Alexânia e Porangatu. Houve também uma migração de pessoas de outros estados do país como, por exemplo, Maranhão, Piauí, Tocantins, Minas Gerais e Pará. Anápolis por ser uma cidade média atrai um fluxo migratório grande, sendo as pessoas atraídas

para a cidade pelos serviços ofertados, quantidade de mão-de-obra e melhores expectativas de vida.

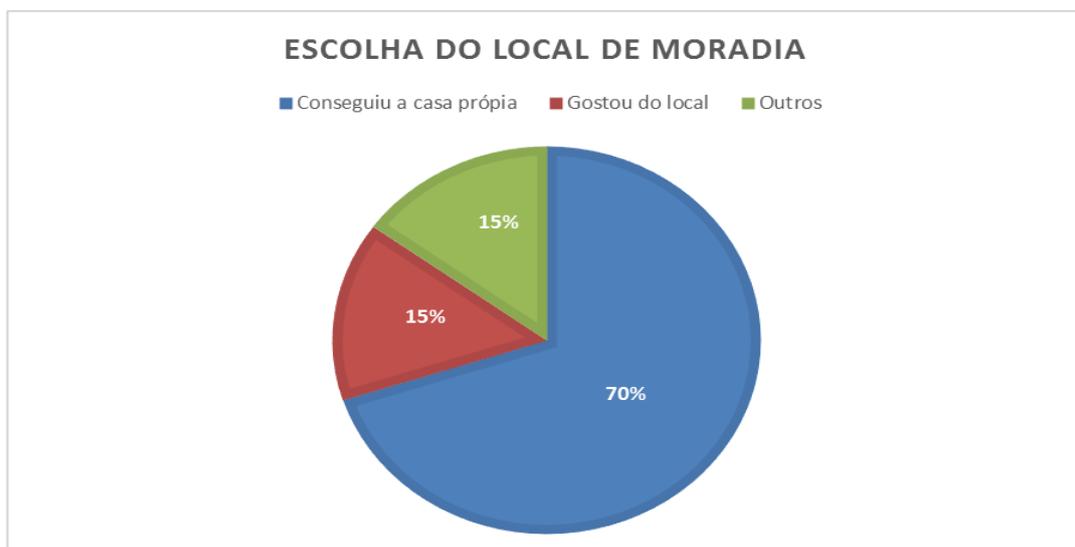
Quadro 2 – Estados de origem dos participantes da pesquisa, AP – Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.

Cidade de Origem	
Estado de Origem	Nº de pessoas
Goiás	9
Tocantins	2
Maranhão	2
Piauí	2
Minas Gerais	1

Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

De acordo com os dados adquiridos pela pesquisa, os moradores do Residencial Conquista residem em Anápolis há aproximadamente 22 anos, residindo no AP há aproximadamente 11 anos. Ao responderem o questionário da pesquisadora, os mesmos elegeram diversos motivos para que viessem a residir no local estudado como, por exemplo, trabalho, estudo, questão financeira, aquisição de moradia própria, entre outros

Gráfico 5 - Principais motivos respondidos pelos dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, sobre a escolha do local de moradia, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

A maioria afirmou terem elegido o Residencial Conquista como moradia porque adquiriram sua casa própria naquele local. Ao serem questionados se com a mudança para o AP a sua vida melhorou, 95% responderam que sim, 0% responderam que piorou e 5% afirmaram não ter diferença. Mesmo residindo em um assentamento precário, a maioria dos entrevistados afirma que suas vidas melhoraram, seja por terem uma maior oportunidade de emprego ou porque conseguiram conquistar o sonho da casa própria e não precisam mais arcar com aluguel, não se importando muito com a questão do lazer e da qualidade do AP.

3.3 Infraestrutura Habitacional

Cabe aqui traçar as peculiaridades das habitações dos moradores do Residencial Conquista. Segundo Maricato (2001) a maioria das residências dos assentamentos precários são carentes de uma adequada infraestrutura, não possuindo um padrão urbano regular, sendo sua grande maioria construída pelos próprios moradores que nelas residem. Desta forma, pretende-se apresentar a realidade das habitações deste AP e os problemas que os moradores enfrentam.

Para apresentar um parâmetro da qualidade de habitação dos moradores do Residencial Conquista, foi questionado a eles sobre quesitos de sua residência, se esta era própria, alugada, cedida e outros; quantas pessoas residiam no imóvel, foi perguntado, também, como o imóvel foi adquirido (comprou e construiu a vista, sistema de financiamento privado, sistema de financiamento público, recebeu como herança, recebeu da prefeitura, do governo e outros), qual o tipo de material utilizado na construção e qual o tamanho do imóvel. Conforme as informações coletadas e analisadas tem-se o seguinte parâmetro sobre a qualidade habitacional dos moradores do Residencial Conquista.

Em relação à situação do imóvel, 80% responderam serem própria, 15% alugada e 5% cedida. Apesar de se tratar de um local de irregularidade fiduciária, todos os moradores que possuem casa própria no local afirmaram terem adquirido o imóvel por compra à vista. Para Maricato (2001) esta é uma prática comum em assentamentos precários constituídos por “invasão”, tendo sido explorada a venda e a troca destas moradias ilegais.

Os imóveis desse AP também são adquiridos por herança, tendo em vista que há uma tendência dos atuais moradores destas residências passarem suas casas para os seus filhos.

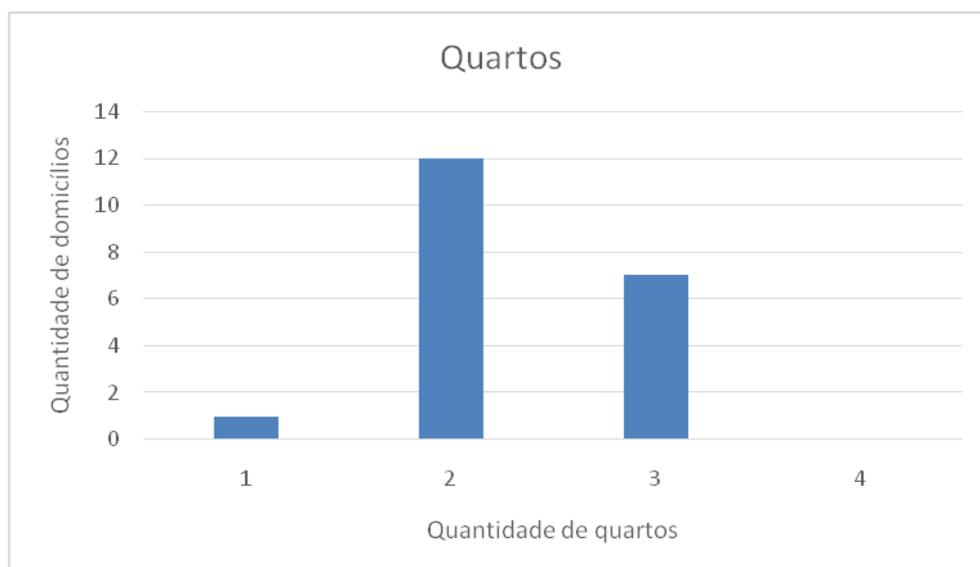
Já no quesito quantidade de pessoas por moradia e por cômodo foram feitos os seguintes gráficos:

Gráfico 6 - Números de entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista Anápolis - Go, de acordo com a quantidade de pessoas em seu domicílio, 2017.



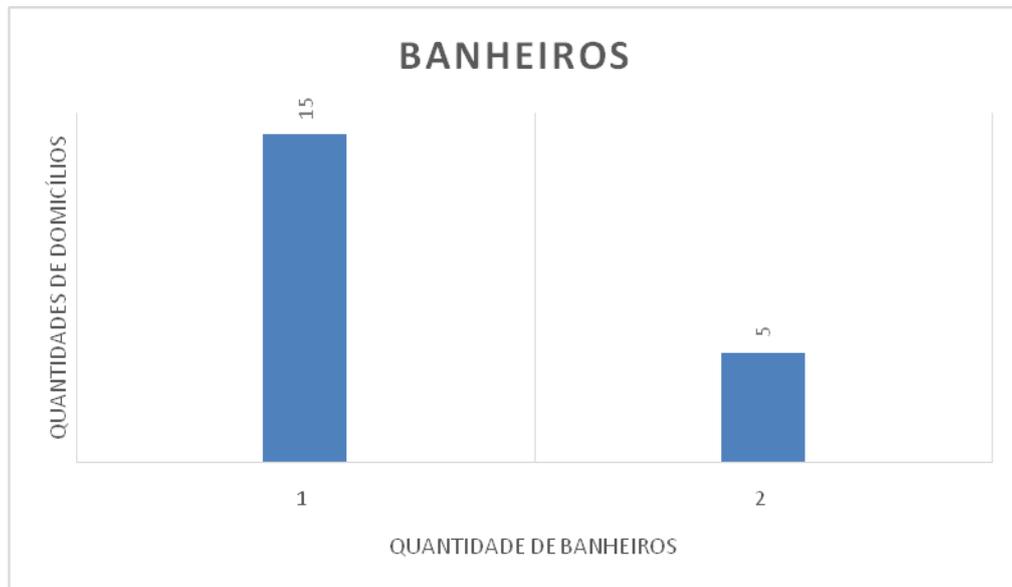
Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Gráfico 7 - Número de quartos de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Gráfico 8 - Número de banheiros de acordo com as resposta dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis GO, 2017.



Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

Com a análise dos gráficos é possível verificar que a média de pessoas que moram nas residências é de quatro. Sendo esta considerada uma quantidade alta ao se comparar a quantidade de pessoas distribuídas em cômodos de apenas dois quartos e um banheiro.

Outra questão avaliada, na qualidade habitacional, foi o material utilizado na construção da residência, além da infraestrutura da moradia, sendo levado em consideração as respostas dos moradores e as observações realizadas durante a pesquisa.

Com isso, é notório que todas as casas do Residencial Conquista são de alvenaria, sendo sua construção realizada a base de tijolos. Durante a realização do trabalho de campo pôde ser observado que as moradias do local estão em situação precária, não possuindo infraestrutura urbanística. Numa visão mais superficial, grande parte das moradias observadas aparentam terem sido construídas há pouco tempo, entretanto estão mal finalizadas, precisando de reparos. Das casas, 60% são de baixo padrão, enquanto que os outros 40% são de padrão mediano.

Figura 2 – Infraestrutura precária das moradias do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Trabalho de campo Steckelberg, 2017.

Estas são algumas das características dos assentamentos precários, um espaço que necessita de constantes reparos pelos que residem nesses imóveis. Para um melhor acomodamento das pessoas que residem nesses locais, as reformas realizadas constantemente visam melhorar o espaço da residência, sendo uma forma de contribuição para a melhoria da qualidade habitacional. (CAVALCANTI, 2009).

Pode-se observar que a maioria dos imóveis foram construídos sem qualquer apoio técnico/Profissional de avaliação do terreno, porque as casas

possuem um certo desnivelamento devido aos terrenos serem acidentados, possuindo estes moradores baixa qualidade no quesito habitacional.

Cabe ainda ressaltar que grande parte das residências não possuem calçamento, o que faz com que os encanamentos das fossas fiquem expostos. Há a ausência de asfalto em grande parte do AP, fazendo com que os moradores se sintam abandonados pela prefeitura de Anápolis, em razão de não se beneficiarem dos serviços prestados por esta na maioria dos bairros da cidade. Assim, todos os fatores aqui expressos afetam a qualidade do ambiente dos moradores, expondo-os a uma situação de vulnerabilidade. A tabela a seguir mostra a avaliação dos moradores em relação à infraestrutura do AP.

Quadro 3 - Avaliação dos entrevistados do AP localizado no Residencial Conquista sobre a infraestrutura urbana do setor, 2017.

Item	Número de entrevistados	(%)
Escola		
Bom	15	75
Regular	1	5
Ruim		
Não sei	3	15
Não existe aqui	1	5
Posto de Saúde		
Bom	8	40
Regular	7	35
Ruim	4	20
Não sei	1	5
Não existe aqui		
Transporte Coletivo		
Bom	8	40
Regular	10	50
Ruim	2	10
Não sei		
Não existe aqui		
Creche		
Bom	8	40

Regular		
Ruim		
Não sei	11	55
Não existe aqui	1	5
<hr/>		
Parques e praças		
Bom	1	5
Regular	3	15
Ruim	1	5
Não sei		
Não existe aqui	15	75
<hr/>		

Fonte: Resultados obtidos da pesquisa Steckelberg, 2017.

O assentamento não é beneficiado com redes de esgoto, sendo a ausência desse serviço substituída por fossas sépticas e negras. As fossas negras ocasionam um enorme risco ambiental, pois os dejetos são jogados diretamente no solo, podendo haver risco de contaminação tanto do solo, como também da água, caso tenha alguma mina próxima.

Por se tratar de um local que em grande parte das ruas não há pavimentação asfáltica, também esta ausente o gerenciamento de escoamento da água da chuva. Quando chove no AP Residencial Conquista os moradores sentem dificuldades em andar pelas ruas devido ao barro e ao processo erosivo que vai se formando com o decorrer do tempo. Entretanto, não é apenas quando chove que isso ocorre, sendo possível notar na figura 03 vestígios de água represada advindos das casas dos moradores, após sua higienização ou lavagem de roupas.

Figura 3 – Água represada nas ruas do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Trabalho de campo Steckelberg, 2017.

O serviço de fornecimento de água tratada é realizado pela SANEAGO – Saneamento de Goiás, embora, alguns moradores façam o uso de cisterna como uma forma de complementar a água fornecida. Em relação à coleta de lixo no AP, esta é feita de forma regular, sendo o lixo recolhido pela prefeitura, aproximadamente duas vezes por semana.

Rebouças (1999) relata que quando há um aumento desenfreado de áreas subnormais, juntamente com a ineficiência dos serviços sanitários prestados, acaba gerando uma deterioração do ambiente, por vezes incitada pelos recursos

hídricos. Monte-Mór (1994) afirma que a situação precária das áreas subnormais podem ocasionar inúmeros problemas, tanto ambientais quanto em relação à saúde dos indivíduos que residem neste local.

É iminente salientar que as casas que estão melhores conservadas são as que possuem a manta asfáltica em suas ruas. Os locais que não há esta pavimentação encontram-se em situação mais precária, estando os moradores expostos a grande quantidade de resíduos sólidos que são descartados nas ruas e em lotes baldios.

Figura 4 – Única rua com pavimentação asfáltica do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Trabalho de campo Steckelberg, 2017.

Uma das principais reclamações dos moradores do residencial Conquista é a falta do fornecimento de energia elétrica por uma distribuidora no local. A empresa responsável pela distribuição de energia elétrica da cidade não fornece este serviço para o Residencial Conquista. Os moradores para não ficarem sem

utilizar a energia elétrica realizaram uma ligação clandestina, na qual extraem a energia de uma avenida para o AP.

Figura 5 – Fiação exposta da ligação clandestina de energia feita pelos moradores do AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO, 2017.



Fonte: Trabalho de campo Steckelberg, 2017.

Nota-se, na figura 5, como os fios da ligação clandestina estão expostos, apoiados apenas por um pedaço fino de madeira que pode cair e em uma altura inadequada, podendo ser facilmente tocados por qualquer pessoa que venha a subir no muro.

Desse modo é nítido que com o levantamento desses dados descritos, os moradores do Residencial Conquista carecem de uma melhor infraestrutura, uma vez que serviços essenciais para o homem médio, como o fornecimento de energia elétrica, asfalto e rede de esgoto lhe são negados. Com isso, os moradores estão expostos a inúmeros riscos sociais, devido à carência material de recursos, a ausência de infraestrutura urbanística e as inúmeras condições de precariedade de suas moradias, impedindo-as de possuírem uma boa qualidade habitacional.

3.4 Segregação Ambiental

É de suma importância à questão ambiental urbana, por isso serão analisados neste momento os problemas e conflitos ambientais que afetam os entrevistados no lugar onde vivem.

Em relação à qualidade ambiental para Cavallieri (et., al.):

As principais situações de risco a que estão submetidas às populações de assentamentos precários são as relacionadas à ocupação de áreas frágeis de encosta e de baixada e à localização de comunidades junto a adutoras, redes elétricas, rodovias e ferrovias, além da exposição a materiais perigosos e outras situações. (2016, p.449).

A questão ambiental pode ser vista de duas maneiras. Sendo a primeira, realizando um recolhimento de dados que afetam a qualidade ambiental de cada indivíduo na vida não urbana e a segunda fazendo um apanhado de dados e discussões que afetam esses indivíduos na vida urbana (HERCULANO, 2000). A referida pesquisa se encaixa na segunda maneira.

Para Monteiro, em relação à questão ambiental:

O relevo destaca-se como um fator determinante dos problemas ambientais ligados aos processos geológico/geomorfológicos. E a infraestrutura urbano sendo um fator preponderante para a qualidade ambiental dos moradores, pois a ausência de infraestrutura urbana é um indicativo que revelam vários riscos principalmente os sociais que são transformados em riscos ambientais. (2016, p.86)

A ausência de infraestrutura urbana é uma das grandes responsáveis pela incidência de doenças e riscos ambientais da população, dessa forma pode-se afirmar que os problemas sociais também são problemas ambientais (RODRIGUES, 2013). Como isso, passa-se a descrever os problemas ambientais encontrados e informados pelos moradores do Residencial Conquista.

Durante a realização da pesquisa foi possível observar que as moradias que sofriam com problemas erosivos eram aquelas que se encontravam em locais mais precários, onde não havia a presença de manta asfáltica. A influência de riscos ambientais está ligada a algumas condições, uma delas é o escoamento superficial,

no qual a água transcorre pela superfície do solo, devido à declinação deste, auferindo as moradias que foram construídas nos terrenos declinados.

Como o AP não possui fontes alternativas de escoamento de água, a população sofre com esse problema, sendo agravado devido o acúmulo de resíduos sólidos que são jogados nas ruas diariamente e em lotes baldios, sendo ainda pior nos locais onde não há asfalto.

De acordo com Cerri e Nogueira (2012, p.136):

Nos assentamentos precários, como os terrenos são adaptados ao padrão mais convencional e econômico de construção de moradias, as principais alterações no meio são representadas pela execução de cortes de alturas e inclinações, além dos limites tecnicamente seguros e de patamares (“aterros”), utilizando o próprio material de escavação dos cortes, que é simplesmente lançado sobre o terreno natural, sem receber compactação adequada. Soma-se a este quadro o freqüente e contínuo lançamento de lixo, entulho e de águas servidas diretamente na superfície dos terrenos, bem como a instalação de fossas, com estas duas últimas práticas favorecendo a permanente infiltração de água nos maciços. Em complemento, ainda é comum observar a instalação de edificações muito próximas à base ou ao topo de taludes íngremes (naturais ou de corte), em áreas que deveriam ser preservadas de ocupação permanente. Este conjunto de alterações e situações pode ser observado em qualquer município brasileiro que apresente a instalação de assentamentos precários em áreas de encostas.

Ao observar as moradias do Residencial Conquista é possível notar alguns desses problemas, sendo condições reveladoras de um ambiente degradado onde há rachaduras nas paredes das moradias e também no solo, infiltração de água, entulho em lotes baldios, lixo nas ruas, apesar de terem o serviço regular de coleta de lixo.

No período de chuva esses problemas tendem a piorar, porque as águas decorrentes das chuvas fazem com que esses resíduos nos lotes baldios sejam arrastados juntamente com o lixo, já presente nas ruas, dificultando qualquer possibilidade de escoamento, podendo contribuir para que ocorra o movimento de massa nas áreas erosivas. Desse modo pode ocorrer tanto perdas materiais, como perdas ambientais.

Outra questão avaliada, mediante o questionário em relação à qualidade ambiental da área estudada, foi às condições que estavam o meio ambiente e a saúde dos indivíduos que residiam neste AP. Sendo assim, os moradores foram

questionados se algumas doenças atingiam a região, uma vez que estas podem estar diretamente ligadas à questão do meio ambiente e da infraestrutura do Residencial Conquista. As doenças colocadas no questionário foram meningite, cólera, febre amarela e dengue.

Todos os moradores entrevistados relataram uma grande ocorrência de dengue no AP. A dengue é uma doença infecciosa ocasionada por um arbovírus, na qual transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, mostrando uma maior ocorrência em ambientes que contêm acúmulo de água parada (tampas de garrafas, garrafas, pneus, potes, entre outros). Como relatado anteriormente, o local possui lotes baldios com entulhos, além de lixos que são descartados diariamente nas ruas, o que facilita a proliferação desta doença. Nenhum dos entrevistados relatou a ocorrência de meningite, cólera ou de febre amarela na região.

Ao percorrer o Residencial Conquista é possível constatar que a infraestrutura deixa a desejar. Destarte, a falta de equipamentos básicos para os moradores como, uma rede de esgoto, escoamento adequado das águas, ausência de manta asfáltica nas ruas, favorecem o aumento da proliferação das doenças citadas pelos moradores da região, principalmente a dengue que possui maior incidência no local estudado.

Vale salientar novamente que nas ruas onde não há pavimentação asfáltica existe um grande acúmulo de água nas superfícies do solo, em razão destas possuírem inúmeras crateras que facilitam esse acúmulo. As águas acumuladas advêm das casas, quando seus moradores lavam a roupa ou realizam a higienização das residências. Com as chuvas esse acúmulo de água o aumenta, facilitando ainda mais a proliferação da dengue. Esse problema poderia ser facilmente resolvido com a pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das ruas e um trabalho de escoamento adequado.

Apesar de o AP receber o serviço de coleta de lixo oferecido pela prefeitura da cidade, o acúmulo de lixo é um problema que reflete na qualidade ambiental do local. Os lixos descartados pelos moradores em locais indevidos vão acumulando e facilitando a procriação do mosquito transmissor da dengue. Há uma grande aglomeração de lixo em terrenos baldios que aguardam uma manifestação do poder público para que possam ser limpos.

Desta forma, cabe destacar que apenas o serviço de coleta que ocorre no AP não é capaz de solucionar o problema da abundância e descarte de lixo em

locais inadequados. É preciso que a prefeitura realize a limpeza dos terrenos baldios, bem como a limpeza adequada das ruas do AP.

Contudo, resta clara a conclusão que existe segregação ambiental no Residencial Conquista, estando os moradores expostos a inúmeros riscos ambientais, deixando-os vulneráveis, não apenas a riscos geomorfológicos, mas também epidemiológicos.

3.5 Equipamentos Públicos

Outra questão avaliada foi à opinião dos moradores entrevistados referente à qualidade dos equipamentos públicos. A qualidade dos equipamentos públicos é fundamental para que as pessoas residentes em determinados locais tenham uma melhor qualidade de vida, levando em consideração que a quantidade disponibilizada desses equipamentos deve atender de forma satisfatória ao maior índice da população. (MENDONÇA, 2006).

Os equipamentos públicos avaliados durante a pesquisa foram: transporte coletivo, transporte alternativo, telefones públicos, correio, vapt vupt, posto policial ou delegacia, posto de saúde, parques e praças, áreas de esportes, escola, creche e outros que os moradores gostariam de acrescentar. As observações foram realizadas mediante a opinião dos moradores entrevistados do Residencial Conquista.

De acordo com os moradores, a maioria dos serviços analisados durante a pesquisa, ou não são fornecidos a eles, ou são de fato ruins, em razão de serem distantes do local onde moram. Para obterem serviços como o do vapt vupt e dos correios, os moradores tem que se deslocar para a parte central da cidade.

Em relação aos telefones públicos da região, grande parte dos moradores desconhecem a existência de algum e os que relatam ter conhecimento avaliaram como ruins, já que se encontram em péssimo estado de uso.

Quanto ao transporte público fornecido no AP, 10% dos moradores entrevistados afirmaram ser ruim, 50% disseram ser regular e 40% disseram ser bom. Os entrevistados afirmaram possuir pouca opção de transporte coletivo (prestado atualmente pela empresa URBAN) na região e que os ônibus geralmente atrasam. As linhas de ônibus que atendem o local são Bairro de Lourdes e Bairro de Lourdes via JK. Foi observado que os pontos de ônibus estão em péssima situação

de conservação. O que dificulta ainda mais o acesso dos moradores a esse serviço é que o transporte coletivo não passa no AP, mas sim, na Rua Amazonas que fica próxima ao AP. Ao serem questionados sobre a existência de um transporte alternativo, a maioria dos entrevistados afirmaram não existir esse tipo de serviço na região.

Os entrevistados também avaliaram a ocorrência de posto policial ou delegacia no AP, afirmando que não há no local nenhum posto ou delegacia. Alguns dos entrevistados relataram já terem sido vítimas de assaltos na região e que a segurança do AP não é boa, ou seja, seria necessária a presença de um posto policial, pois assim os moradores teriam uma maior sensação de segurança no local.

De acordo com os moradores do Residencial Conquista não existe nenhum parque ou praça e nem mesmo uma área para a prática de esportes na região. Os entrevistados que afirmaram existir se referiam a do Bairro de Lourdes, uma vez que no AP não existe nenhuma das duas benfeitorias públicas. Os moradores relatam que seria interessante a presença de um praça ou parque e até mesmo uma área de esportes para que pudessem passear no lugar onde moram e sendo uma opção de lazer e divertimento para as crianças. Muitos desses moradores quando querem realizar um passeio no parque se deslocam para outros bairros como, por exemplo, o bairro Jundiáí, para passarem à tarde no Parque Ipiranga.

Em relação ao posto de saúde, quando questionados, 42% afirmaram que o posto de saúde é bom, 37% disseram ser regular e 21% disseram ser ruim. Para Herculano (2000) a saúde é algo básico, que toda a população deve ter acesso. Ressalta-se primeiramente que o posto de saúde encontra-se no Bairro de Lourdes e os moradores do Residencial Conquista que disseram que o serviço é regular ou ruim relataram que o posto de saúde fica distante de suas residências e que muitas vezes não há médicos para realizarem o atendimento da população e que o posto de saúde não consegue dar conta de toda a demanda. Em relação aos agentes de saúde que visitam as casas da população para avaliarem a residência e fazerem o controle de agentes que possam vir ser foco de transmissão de doença, os moradores afirmaram que não existem visitas destes no AP.

Já no quesito educação, os moradores são ofertados com escolas estaduais e municipais, sendo a Escola Municipal Deputado José de Assis, o Colégio Estadual Senador Onofre Quinan e o Colégio Estadual Genoveva Rezende.

Ocorre que as respectivas escolas não estão no AP, mas sim, em bairros próximos, nos bairros de Lourdes e Setor Tropical, estando razoavelmente distantes do AP, como pode-se observar no mapa 04, estando a área do AP Residencial Conquista marcada na cor vermelha, em uma distância de aproximadamente 900 metros.

Mapa 4 – Distância entre a Escola e o AP localizado no Residencial Conquista, Anápolis - GO.



Fonte: Google maps via satélite.

A escola municipal é considerada boa pela maioria dos moradores entrevistados, afirmam que estas possuem um excelente ensino, fácil acesso, boa organização e profissionais qualificados para prestarem o serviço. Já em relação às escolas estaduais, a realidade é bem diferente, tendo em vista que grande parte dos moradores não estão satisfeitos com estas, considerando o ensino ofertado e a estrutura de péssima qualidade.

Ainda em relação à área da educação, a maioria dos entrevistados disseram não possuir creche nas proximidades do AP, o que acaba dificultando a vida dos moradores, já que há essa dificuldade de arrumar um local onde os adultos possam deixar suas crianças para poderem ir trabalhar e garantir o sustento de suas famílias.

O papel do Estado representa um instrumento político importante, pois ele pode e deve desenvolver políticas públicas que alcancem a classe mais pobre da sociedade. Postergar a urgência deste fato pode representar a antecipação de um cenário social com graves desigualdades sociais e com suas respectivas consequências (MACIEL, 2003, p. 288)

Com isso é possível notar a ausência de inúmeros recursos que proporcionariam uma boa qualidade dos equipamentos públicos na região estudada. Ou seja, a prestação dos serviços básicos avaliados como, creches, escolas estaduais, postos de saúde, parques, praças, áreas de esportes, posto policial, transporte público não supre a real necessidade dos moradores do AP Residencial Conquista, fazendo assim, com que permaneça vulnerável a situação precária social e ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da pesquisa foi estudar a implantação e a consolidação do assentamento precário Residencial Conquista e as condições de vida da sua população. Essa área situa-se na região leste da cidade de Anápolis, próxima ao Bairro de Lourdes, cerca de 6Km do Setor Central. São 55 construções irregularmente edificadas em área ocupada ilegalmente, composta de unidades familiares, com média de quatro pessoas por residência, perfazendo uma população de 220 habitantes, com renda total inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

Por conseguinte, também foram adotados objetivos específicos, a análise sobre as políticas públicas habitacionais, bem como a identificação dos problemas ambientais ocasionados com o estabelecimento do AP, buscando trazer uma visão de como se processa a rotina das pessoas que residem nesse local e como as questões ambientais afetam suas vidas diariamente.

Com isso, foi realizada uma apreciação a cerca da segregação socioambiental, sendo discutida como se deu o processo histórico urbanístico pautado na desigualdade social e como as classes que possuem menor poder aquisitivo sofrem com as dificuldades em terem acesso aos serviços públicos essenciais e com a infraestrutura precária, havendo uma discrepância de oportunidades entre as classes altas e baixas.

Desta forma, foi possível observar que o Residencial Conquista trata-se realmente de um assentamento precário, tendo atendido as características estabelecidas pelo IBGE (2011) conforme analisado no decorrer desta pesquisa, apresentando avaliações sobre a infraestrutura habitacional, os serviços públicos prestados, lazer, saúde, bem como a qualificação profissional e condições de trabalho dos indivíduos que ali residem.

São nítidos os riscos ambientais no qual os moradores do AP estão expostos, principalmente a ausência de pavimentação asfáltica, de energia elétrica fornecida por uma distribuidora e os constantes casos de dengue que assolam a população.

A maioria das ruas do AP não possuem pavimentação asfáltica, o que aumenta a formação de erosão quando chove e o acúmulo de água, que além de

prejudicar a locomoção dos moradores, é um indicativo do surgimento de novos casos de dengue.

Para não ficarem sem energia elétrica, os próprios moradores realizaram uma ligação clandestina, no qual extraem energia da Rua Amazonas para o AP, estando os fios expostos e apoiados apenas por tocos finos de madeira ao longo de todo o AP.

O que mais chamou atenção na pesquisa foi que apesar dos inúmeros problemas enfrentados pelos moradores, grande parte elogiou os serviços públicos prestados, como as escolas, o posto de saúde, o transporte público. A população do AP relata esses serviços durante a pesquisa como se eles realmente fossem fornecidos no AP, o que na verdade não é, já que esses pertencem ao Bairro de Lourdes e não ao Residencial Conquista.

Os moradores do AP tem o sentimento de que pertencem ao Bairro de Lourdes e apesar de saberem que de certa forma eles não são considerados moradores deste, muitos nutrem o desejo de um dia conseguirem adquirir um imóvel e poderem residir de fato no Bairro de Lourdes, porque este possui infraestrutura, ao qual não é fornecida ao Residencial Conquista. Grande parte dos moradores relataram que apenas residem ali, porque foi o local aonde conseguiram conquistar o sonho de possuírem sua casa própria e não precisarem mais pagar aluguel.

Entretanto, os moradores esperam que o Poder Público veja o Residencial Conquista como um bairro e passe a oferecer serviços públicos básicos como, energia elétrica e pavimentação asfáltica, uma vez que se sentem abandonados por causa da situação na qual se encontram o AP. Destarte, é essencial que ocorra um maior planejamento urbano e que haja uma política que possa garantir a todos, de maneira igual, a prestação de serviços públicos essenciais, independentemente de o local ser um Assentamento Precário ou um bairro cuja população possua alto poder aquisitivo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABNT. NBR 12267. **Normas para elaboração de plano diretor**. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/NBR_12267_Normas_para_elaboracao_de_plano_diretor.pdf>. Acesos em: 10, out, 2017.

ABRAMO, P. **A Cidade Com-Fusa: A Mão Inoxidável do Mercado e a Produção da Estrutura Urbana nas Grandes Metrôpoles Latino-Americanas**. R.B. Estudos Urbanos e Regionais. v.9, n.2/Novembro, 2007, p.25-54.

ACKEL FILHO, D. **Município e prática municipal**. São Paulo, 1992.

ALFONSIN B; FERNANDES, E. **Direito à Moradia e Segurança da Posse no Estatuto da Cidade**. Belo Horizonte, Ed. Fórum, 2006.

ALOCHIO, L. H. A. **Plano Diretor Urbano e Estatuto da Cidade: medidas cautelares e moratórias urbanísticas**. Belo Horizonte: fórum, 2010.

ALVES, H. P. F. **Desigualdade ambiental no município de São Paulo: análise da exposição diferenciada de grupos sociais a situações de risco ambiental através do uso de metodologias de geoprocessamento**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v.24, n.2, p. 301-306, jul./dez. 2007.

_____. **Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

ALVIM, A T. B. **Direito à cidade e ao ambiente na Metrópole Contemporânea**. O projeto Cantinho do Céu na Represa Billings, São Paulo. São Paulo: Arqutextos, Revista online, v. 135, p. 1/135.03-22/135.03. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/12.135/4015>. Acesso em: 17, abr, 2017.

ARAÚJO, R. S. **Modificações no planejamento urbanístico**. São Paulo: Nobel, 2009.

ARGÔLO, E. D. **Mapas georreferenciados do rio das Antas, Anápolis - Go**. LaPAGEo: Laboratório de Pesquisas Avançadas e Geoprocessamento. Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPSTMA), Unievangélica, 2017

ARRAIS, T. A. **A região como arena política**. Goiânia, Vieira, 2007.

ARROYO, M.M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo; Edições 70, LDA, 2009.

BERNARDES, G. D; TAVARES, G. G. **Espaços Ilegais**: um estudo da qualidade de vida dos moradores residentes nas áreas subnormais em Anápolis-GO In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia GTE - Cidades e Processos Sociais, 2007. Recife. UFPE. 2007. 29-1.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BONDUKI, Nabil. **História do urbanismo**. São Paulo: Usp, 2011.

_____. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 5. ed. São Paulo : Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**. São Paulo; Saraiva, 2014.

_____. Lei Complementar n. 128/2006. Câmara Municipal de Anápolis, 2006.

_____. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 23, set, 2017.

_____. Lei Federal n.º 12.651 de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Acesso em 07/07/2013 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 18, abr, 2017.

BRITO, C. **Quase duas mil pessoas habitam favelas em Anápolis**. Disponível em: <http://www.jornalcontexto.net/noticia_detalhe.php?id_noticia=3314>. Acesso em: 23, abr, 2017.

BUENO, L. M. M. **“Parâmetros e tipologia”**. Texto apresentado no seminário Subsídios para a elaboração da Política Nacional de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários. Brasília, outubro 2003.

_____. **Planos Diretores Municipais: Novos Conceitos de Planejamento Territorial**. Org: Cymbalista, Renato. São Paulo: Annablume, 2007.

BUZZELLI, M.; JERRETT, M.; BURNETT, R.; FINKLESTEIN, N. **Spatiotemporal perspectives on air pollution and environmental justice**. In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. **Annals...** 93(3), 2003, p. 557-573.

CAMPOS. Francisco Itami. Introdução à teoria do estado. Goiânia: Vieira. 2005.

CARDOSO, Ana Cláudia D. **O espaço alternativo**: vida e forma urbana nas baixadas de Belém: EDUFPA, 2007.

CARVALHO, D. W. de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CASTRO, Joana D'arc Bardella. **Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente**. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CAVALCANTI, M. **Do Barraco à Casa Tempo , espaço e valor (es) em uma favela consolidada**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.24.n.69.2009.p.70-78.

CAVALLIERI, F; OLIVEIRA, F. L; SALES, A. V. S; SANTOS, A. C. A; TAVARES, R. L. D. Caracterização e tipologia dos assentamentos precários brasileiros: o caso do Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160718_caracterizacao_tipologia_cap12.pdf>. Acesso em: 25, out, 2017.

CERRI, L. S, NOGUEIRA, F. R. **Mapeamento e gestão de riscos de escorregamentos em áreas de assentamentos precários**. In: GUIMARAES, L.S, JÚNIOR, C.S, GODOY, B.R. M, TAVARES, C.A (org.). Gestão de áreas de riscos e desastres ambientais. Rio Claro: UNESP, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, E. M. da. **Cidades Médias: Contributos para sua definição**. Revista Finisterra, Lisboa, ano 37, v. 47, p. 101-128, 2002.

COSTA, F. Gueto e favela. **Romanica Olomucensia**, n.1, v. 25, 2013.

CUTTER, S. Vulnerability to environmental hazards. **Progress in Human Geography**, v.20, n. 4, p.529-539, Dec. 1996.

D'ARC, Bernardes Genilda; AZEVEDO, Soares Ademar. **Condomínios horizontais fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia**, Sociedade e Cultura, vol. 10, núm. 2, julho-dezembro, pp. 209-225 UFG,2007.

DEMO, P. **"Pobreza política"**. In: Papers. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer - Stiftung, 1993.

DENALDI, Rosana. **Políticas de Urbanização de Favelas: evolução e impasses**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo. São Paulo: UESP, 2003.

ESTEVAM, Luis Antonio. **O tempo da transformação**. Goiânia, Ed. do autor, 1998.
 FELDMAN, Sarah. **Da construção do território ao planejamento das cidades-competências técnicas e saberes profissionais na Europa e nas Américas (1850-1930)**/organizado por Ivone Salgado e Angelo Bertoni. São Carlos: RiMA Editora, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio – o dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FRANÇA, E. **Favelas em São Paulo (1980 – 2008)**. Das propostas de desfavelamento aos projetos de urbanização. A Experiência do Programa Guarapiranga. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzi, 2009.

FREITAS, J. F., **A expansão urbana e a segregação socioespacial em Anápolis - Goiás**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas/Universidade de Brasília, 2005.

GARCIA, Ledonis Franco. **Anápolis para viver e aprender**. Ensino Fundamental. 1ª ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: interpretação e crítica**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Annablume Editora: São Paulo, 2005.

HERCULANO, S. C. **A qualidade de Vida e seus Indicadores**. 2 ed. Niterói: Eduff, 2000.

HERCULANO, S. **Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 1, Indaiatuba, 2002. **Anais...** Campinas: Anppas, 2002.

HOLIFIELD, R. Defining environmental justice and environmental racism. **Urban Geography**, 22 (1), p. 78–90, 2001.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>>. Acesso em: 23, set, 2017.

_____. **Panorama**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/anapolis/panorama>>. Acesso em: 23, abr, 2017.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento 2013 - Estado, Planejamento e Políticas Públicas - Volume 1**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20729>. Acesso em: 23, set, 2017.

JACOBI, P. R. **Moradores e meio ambiente na cidade de São Paulo**. São Paulo: Cadernos CEDEC, 1995.

JÚNIOR, Osmar Pires Martins. **Arborização urbana e qualidade de vida**. Goiânia: Kelps, 2007.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KRIEG, E. **The two faces of toxic waste: trends in the spread of environmental hazards**. Sociological Forum, 13, p. 3-20, 1998.

LÉFÈBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Alberto. **Gestão metropolitana no Brasil: da Coerção Simétrica ao Voluntarismo sem Modelo, em busca da responsabilidade política com resultados**. In: SILVA, Catiada; FREIRE, Désirée G.; OLIVEIRA, Floriano J.G. de. *Metrópole governo, sociedade e território*(orgs.). Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LUZ, J. L. **A inserção de Anápolis/GO no contexto da dinâmica regional**. (2009). Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/04/a-insercao-de-anapolis-go-no-contexto-da-dinamica-regional.pdf>>. Acesso em: 17, out, 2017.

LUZ, Janes Socorro da; BORGES, Shayene Fernandes; FREGONEZZI, Luciana Helena A. da Silva. **Análise da questão ambiental e qualidade de vida nos assentamentos precários de Anápolis (GO): um estudo de caso do bairro novo paraíso**. Disponível em: <<http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/406/405>>. Acesso em: 23, abr, 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme Machado. **Direito Ambiental Brasileiro**. 19. Ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

MACIEL, P.; MACHADO, W.; RIVAS, A. **O impacto da Zona Franca de Manaus – ZFM no desenvolvimento do estado do Amazonas: a eficácia do modelo**. In: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Ouro Preto: Enegep, 2003.

MAGALHÃES, I. **Assentamentos precários no Brasil**. Disponível em: <http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf>. Acesso em: 07, out, 2017.

MAGALHÃES, S. F. **Sobre a democratização da cidade**. In: SCHICHI, M. C. e BENFATTI, D. (orgs.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro* (113-135). Campinas, Rio de Janeiro: Ócullum Ensaios, PROURB/UFRJ, 2004.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

_____. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estud. av. vol.17 n. 48. São Paulo May/Aug. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200013>. Acesso em: 22, set, 2017.

_____. **Metropole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: USP, 1995.

MARTINS JÚNIOR, O. P. **Arborização Urbana & Qualidade de Vida: Classificação dos Espaços Livres e Áreas Verdes.** Goiânia: Kelps/UCG, 2007.

MASCARO, Juan L. **A Forma Urbana e seus Custos. Desenho Urbano: Anais do II SEDUR.** São Paulo, Editora Pini, 2006.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** 8.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDONÇA, F. A. F. **Reestruturação de redes de transporte coletivo a partir da identificação de centralidades em cidades de médio porte: procedimento metodológico e definição de diretrizes.** Dissertação de Mestrado: UFG, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6428/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fernanda%20Ant%C3%B4nia%20Fontes%20Mendon%C3%A7a%20-%202016.pdf>>. Acesso em: 10, set, 2017.

MENDONÇA, J. G. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. **Cadernos de metrópoles**, n 15, 1º sem, 2006 p. 12 -34.

MENESES, M. R. **Anápolis: uma análise em escala local.** 2009. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/1898/1/CONJUNTO.pdf>>. Acesso em: 10, set, 2017.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente.** 7.ed. ver. atual. E reform. São Paulo: RT, 2011.

MONTE-MÓR, R. L. **Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental.** In M. S. Santos, Maria Adélia A. de ; Silveira, Maria Laura (Ed.), Território: globalização e fragmentação (pp. 169-181). São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

MONTEIRO, R. S. **Cidade e meio ambiente: estudo da qualidade de vida dos residentes do assentamento precário, localizado no Jardim São Paulo, Anápolis – Goiás.** – Anápolis: Centro Universitário de Anápolis, 2016. Disponível em: <<http://www.unievangelica.edu.br/files/images/MESTRADO-rogerio.pdf>>. Acesso em: 10, out, 2017.

MORENO, Júlio. **O futuro das cidades.** 2ª ed. São Paulo: Senac, 2002.

MUKAI, T. **Estatutos jurídicos.** São Paulo: Saraiva, 1988.

NAPTON, M. L.; DAY, F. A. **Polluted neighborhoods in Texas: who lives there.** *Environment and Behavior*, 24, p. 508- 526, 1992.

OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista.** São Paulo: Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1971.

OLIVEIRA, J. A. P. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PALACIN, L. **Quatro Tempos de Ideologia em Goiás.** Goiânia: Cerne, 1986.

PENA, R. F. A. **Problemas socioambientais urbanos.** Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>>. Acesso em Abr/2017.

PEREIRA, É. F.; TEIXEIRA, C. S.; SANTOS, A. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 23, abr, 2017.

PEREIRA, Z. R.; LUZ, J. S. **Uma análise preliminar sobre a temática das cidades médias e as novas centralidades: a formação de subcentros e eixos comerciais em Anápolis (GO).** Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/UMA-ANALISE-PRELIMINAR-SOBRE-A-TEMATICA-DAS-CIDADES-MEDIAS-E-AS-NOVAS-CENTRALIDADES.pdf>>. Acesso em: 11, out, 2017.

Plano Local de Habitação de Interesse Social do Município de Anápolis/GO. Anápolis, mimeo, 2011.

POLONIAL, Juscelino. **Iniciação à história de Anápolis.** Anápolis: UniEvangélica, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. **Aspectos geográficos.** Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/aspectos-geograficos/>>. Acesso em: 20, out, 2017.

_____. **Diagnóstico do Plano Diretor Participativo**, 2006, 1 cd.

_____. **Fichas de Caracterização de Assentamentos Precários: Assentamentos Irregulares em Áreas Públicas Municipais**, 2010.

_____. Lei Complementar No. 128, de 10 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Anápolis. Mimeo, 2006.

_____. **Plano Diretor de Anápolis.** Disponível em: <<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/arquivos/files/03Lei%20do%20Plano%20Diretor%20PDF.pdf>>. Acesso em: Abr/2017.

_____. Secretaria de Planejamento e Coordenação. **Diagnóstico Preliminar do PEMAS.** Fevereiro de 2002. Anápolis, 2002 (mimeografado).

PULIDO, L. **Rethinking environmental racism: white privilege and urban development in southern California.** In: ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS, 90. *Annals*2000.

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. **As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo.** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v7n3/2175-3369-urbe-2175-3369007003AO03.pdf>>. Acesso em: 23, abr, 2017.

REBOUÇAS, A.C.; BRAGA, B. & TUNDISI, J.G. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação.** São Paulo, Acad. Bras. Cien./IEA-USP, 1999.

REIS, Almir Francisco. **Arquitetura, urbanidade e meio ambiente.** Florianópolis: UFSC, 2011.

RODRIGUES, Efraim. *Ecologia da Restauração.* Editora Planta, Londrina. 2013.

ROCHA, H. **Anápolis- e assim se passaram 100 anos.** Goiânia: Kelps, 2007.

ROCHA, M. M. **Estudo 23: Mobilidade urbana em pequenas e médias cidades.** BNDS - Banco Nacional do Desenvolvimento, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo.** Razão e emoção. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **O país distorcido.** São Paulo: PUBLIFOLHA, 2003.

SAULE Jr., N. **Novas perspectivas do Direito Urbanístico Brasileiro – Ordenamento constitucional da política urbana. Aplicação e eficácia do Plano Diretor.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/estatisticas_municipais_Anápolis_densidade_demografica_pdf. Acesso em Abr /2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. rev. e atualizada- São Paulo : Cortez, 2007.

SILVEIRA, Hélio V. **A economia urbana e o contexto social.** São Paulo: Ética, 2011.

SOUZA, B. A; LUZ, J. S. **Eixos comerciais em Anápolis (GO): estudo de caso das atividades presentes nas principais vias da área nordeste da cidade.** Geosul, Florianópolis, v. 32, n. 65, p. 49-67, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n65p49/35347>>. Acesso em: 03, ago, 2017.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano.** 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

SOUZA, M. V. M. **CIDADES MÉDIAS E NOVAS CENTRALIDADES**: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SPÓSITO, M. P. **A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana**. Revista território. Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 26-37, 1998.

_____. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

TAVARES, G.G; PEIXOTO, J.C; LUZ, J.S; CAMPOS, D.M. B; MONTEIRO, R.S. **Território da Lepra: A Lepra Mora no Morro: “Refúgio” de Leprosos em Anápolis, Goiás, Brasil (1930-1970)**.FRONTEIRAS Journal of Social, Technological and Environmental Science, v.4 n.1, jan-jul.2015, p. 110-125.

TORRES, H. **Desigualdade ambiental em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: IFCH-Unicamp, 1997.

Urbanização e mudança social no Brasil. Author: Oliven, Ruben George
 Publisher: Centro Edelstein, 2010, eISBN:
 9788579820014 DOI: <http://dx.doi.org/10.7476/9788579820014>. Disponível em:
 <<http://books.scielo.org/id/z439n>>. Acesso em: 15. set. 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

_____. **Espaço Intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZAR, J.H. 1999. **Biostatistical analysis**. 4ªed. New Jersey, Prentice-Hall, Inc., 663p +212App.

APÊNDICE 1

Questionário

Prezado participante, você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS** .”. Desenvolvida por **Cibelle Alves de Moraes Steckelberg**, discente de Mestrado em Ciências Ambientais do Centro Universitário UniEVANGÉLICA, sob orientação da Professora **Giovana Galvão Tavares**. Esta pesquisa tem a finalidade de compreender a dinâmica da ocupação do espaço urbano das favelas em Anápolis, em especial a formação do Residencial Conquista. Ela buscará compreender o processo do surgimento desta ocupações subnormais, sua organização, origem de seus moradores, condições sócio-ambientais desta área, também busca a visão que essa população tem da vida urbana, para que possamos traçar o perfil desses moradores. A sua resposta é importante pesquisa. Informamos que em nenhum momento você será identificado

1.Nº. do questionário: _____

Entrevistador/ a:

Área/bairro:

2. Endereço do domicílio:

3. Gênero do entrevistado: 1. m 2. f

4. Idade: _____ anos

5. cor

() branco () negro () pardo

6. estado civil? (só uma resposta)

1. Casado/a

2. amigado/ juntado/ união consensual

3. Solteiro (a)

4. Divorciado (a), desquitado (a) ou

separado(a)

5. Viúvo (a)

6. outros: _____

7. Qual o seu nível de instrução?

- | | |
|--|---|
| 1. <input type="checkbox"/> Não freqüentei escola | 2. <input type="checkbox"/> Até 4ª. Série |
| 3. <input type="checkbox"/> 5ª série até 8ª incompleto | 4. <input type="checkbox"/> até 8ª série completo |
| 5. <input type="checkbox"/> Terminei o ensino médio | 6. <input type="checkbox"/> Comecei um curso superior |
| 7. <input type="checkbox"/> Terminei um curso superior | 8. <input type="checkbox"/> Pós-Graduação ou mais |

8. Você continua estudando?

1. Sim Em qual

bairro _____

Que tipo de estudo? _____

Numa escola pública privada ou conveniada ?

2. não

9. Quantos filhos você tem? _____

10. Qual a idade dos seus filhos? (*caso não se aplique, pule para 17*)

11. Quantos deles estão estudando? _____

12. Que tipo de escola eles freqüentam? (*caso não se aplique, pule para 17*)

1. (série ou grau) _____ numa escola pública privada
conveniada
2. (série ou grau) _____ numa escola pública privada
conveniada
3. (série ou grau) _____ numa escola pública privada
conveniada
4. (série ou grau) _____ numa escola pública privada
conveniada

(*caso tenha mais filhos, use o verso desta folha*)

13. Em que bairro eles estudam?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

14. Quantos dos seus filhos trabalham? _____ Nenhum (*pule para 17*)

15. Qual a ocupação deles?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

17. Caso você tenha filhos que ainda estudam e, também, trabalham, porque eles trabalham?

1. Para não ficar na rua
2. Para ter um dinheiro só deles
3. Para custear as despesas dos estudos
4. Para ajudar nas despesas da casa
4. Já são independentes
5. outros

18. Quantas famílias vivem neste domicílio? _____

19. Quantas pessoas vivem neste domicílio? _____

20. Quantos cômodos têm este domicílio? _____

21. Quantos banheiros têm este domicílio? _____

22. Esta moradia é :

1. Própria
2. Alugada
3. Cedida
4. outros _____

23. De que é construída a moradia/

1. tijolos
2. lona
3. madeira
4. outros

24. Qual o tamanho da residência?

1. Quantos quartos
2. Quantas salas
3. Quantos banheiros

4. Quantas cozinhas

25. Caso ela seja própria, como adquiriu ou está adquirindo o seu imóvel?

1. comprei/ construí à vista
2. sistema de financiamento privado
3. sistema de financiamento público
4. recebi de herança
5. recebi da prefeitura () do governo estadual ()
6. outros:

7. ns

26. Onde você nasceu?

_____ (cidade e estado; zona rural)

Transporte coletivo							
Transporte alternativo							
Telefone(s) públicos							
Correio							
Vapt-vupt							
Posto policial/deleg.							
Posto de saúde							
Parques e praças							
Áreas de esporte							
Escola							Nome:
Escola							Nome:
Creche							Nome:
Outros (nomear):							

45. Você mora perto de córregos?

1. sim 1. não

46. Sua casa já sofreu algum abalo provocado pela cheia do córrego?

1. sim 2. não 3. qual _____

47. Há despejo de objetos no leito do córrego?

1. sim 2. não

48. Há algum programa de preservação do córrego?

1. sim 2. não 3. não sei

49. A região é atingida por doenças como:

1. meningite 2. cólera 3. febre amarela 4. dengue

1. fui demitido /a 2. pedi as contas 3. outros: _____

62. Caso esteja desempregado e procurando emprego, qual seria a principal dificuldade encontrada? _____

63. Como você vê a cidade de Anápolis? _____

Caso que surgir qualquer dúvida na tabulação deste questionário, é possível ter um telefone de contato para eventuais perguntas? Fone:

Agradecemos por sua colaboração!

Pesquisador, responda ao observar o domicílio:

64. Características físicas do domicílio

1. horizontal (casa) 2. sobrado 3. vertical (apartamento)

65. Material da construção

1. alvenaria 2. madeira 3. lona/tábua 4. outros: _____

66. Padrão do domicílio

1. precário 2. baixo 3. médio 4. alto

67. Conservação do domicílio

1. péssima 2. mal conservado 3. conservado 4. bem

conservado

5. recém construído 6. em construção ou inacabado

Obrigada!

APÊNDICE 2



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS.

Prezado participante, você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa **“RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO E SUAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS”**. Desenvolvida por **Cibelle Alves de Moraes Steckelberg**, discente de Mestrado em Ciências Ambientais do Centro Universitário UniEVANGÉLICA, sob orientação da Professora **Giovana Galvão Tavares**.

O objetivo central da pesquisa é estudar a implantação e consolidação de assentamento precário Residencial Conquista e as condições de vida da sua população, evidenciando a qualidade ambiental da área.

O convite a sua participação se deve ao fato de que você é morador do Residencial Conquista, possui mais de 18 anos e que reside a mais de seis meses no local estudado. Serão excluídos aqueles moradores que tiverem menos de 18 anos, que residem no local a menos de 6 meses e os que se negarem a responder a pesquisa.

Pelos objetivos adotados os riscos para vocês são: constrangimento, medo de serem denunciados ou de perda da residência, e para minimizá-los os informo que os dados da pesquisa serão de posse ou de conhecimento apenas da pesquisadora, e que em nenhum momento serão citados seus nomes e endereços, de forma que vocês possam ser posteriormente reconhecidos. E se ainda ficarem constrangidos em relação às perguntas realizadas, vocês podem desistir de responder à pesquisa.

Como benefício direito, a pesquisadora informará e ajudará vocês a conhecerem a possibilidade de regulamentar a situação habitacional e ainda, a forma de exigir do poder público a viabilização das políticas públicas habitacionais para o local. E ainda, ministrará reuniões e palestras com vocês, ou seja, com a população local, no sentido de esclarecer os direitos dos moradores para tentar viabilizar formas de regulamentação desta situação.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. As entrevistas serão realizadas no local de moradia do entrevistado, com a garantia de privacidade e conforto..

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder 63 (sessenta e três) perguntas de um questionário à pesquisadora do projeto. As perguntas serão relativas a sexo, estado civil, nível de escolaridade, quantidade de filhos, profissão, tempo de moradia no local estudado, impressões pessoais sobre o local estudado, bem como a presença e qualidade de equipamentos públicos no local.

O tempo de duração do questionário é de aproximadamente trinta minutos.

As entrevistas serão armazenadas, mas somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora e os dados obtidos serão utilizados exclusivamente para a produção da pesquisa, elaboração e publicação de artigos.

Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UniEVANGÉLICA.

Cibelle Alves de Moraes Steckelberg– (Inserção na) UniEVANGÉLICA

Contato com a pesquisadora responsável:

E-mail: cicibelle@hotmail.com

Telefone: (62)9090- 98113-2964

Endereço: Avenida Universitária, Km 3,5 Cidade Universitária – Anápolis/GO CEP: 75083-580

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO PARTICIPANTE DE PESQUISA

Eu, _____ RG nº _____, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo acima descrito, como participante. Declaro ter sido devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas e recebi telefones para entrar em contato, a cobrar, caso tenha dúvidas. Fui orientado para entrar em contato com o CEP - UniEVANGÉLICA (telefone 3310-6736), caso me sinta lesado ou prejudicado. Foi-me garantido que não sou obrigado a participar da pesquisa e posso desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Recebi uma via deste documento.

Anápolis, ___ de _____ de 2017

Assinatura do participante da pesquisa

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UniEVANGÉLICA:

Tel e Fax - (0XX) 62- 33106736

E-Mail: cep@unievangelica.edu.br

ANEXO 1



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS - UNIEVANGÉLICA

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RESIDENCIAL CONQUISTA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E AMBIENTAIS EM UMA OCUPAÇÃO SUBNORMAL.

Pesquisador: CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 76255817.0.0000.5076

Instituição Proponente: ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.387.305

Apresentação do Projeto:

De acordo com o parecer número: 2.379.251.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Estudar sobre a democratização do acesso a moradia popular e analisar as políticas públicas habitacionais e socioambientais em casos de ocupações irregulares e ilegais, especificamente no caso do Residencial Conquista.

Objetivos Específicos

Analisar as políticas públicas habitacionais implementadas a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelo Estatuto da Cidade.

Verificar os problemas ambientais ocasionados pelo processo de implantação e consolidação do assentamento precário.

Identificar e compreender quais são os processos de regulamentação de áreas de

assentamento precário utilizado pelo poder público municipal, em especial no caso do Residencial Conquista.

mensurar a condição de vida da população residente na área de estudo.

Identificar as condições ambientais da área de estudo e seu impacto na condição de vida da população residente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com o parecer Número: 2.379.251.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

De acordo com o parecer número: 2.379.251.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com as recomendações previstas pela RESOLUÇÃO CNS N.466/2012 e demais complementares o protocolo permitiu a realização da análise ética. Todos os documentos listados abaixo foram analisados.

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Análise das pendências do parecer Número: 2.379.251.

A - Substituir em o termo “sujeito” por “participante da pesquisa”, conforme determina a Resolução 466/12 do CNS. ANÁLISE: O termo foi substituído em todos os documentos.

B - Quanto ao item Riscos da Pesquisa: Toda pesquisa apresenta riscos em gradações variáveis, conforme a Resolução 466/12 do CNS. Apresentar os riscos diretos da pesquisa (aplicação dos questionários) e como esse risco poderá ser minimizado. Adequar conforme item V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS da Resolução 466/12 do CNS.

C) Ainda no item riscos: Caso possa haver danos recorrentes da pesquisa, onde lê-se: “buscar para tratamento especializado ao problema desencadeado na rede pública de saúde”.

O pesquisador deverá esclarecer especificamente quais problemas poderão ser desencadeados e qual tipo de assistência será oferecida aos participantes. Adequar conforme item V – DOS RISCOS E BENEFÍCIOS da Resolução 466/12 do CNS.

ANÁLISE - Pendências B e C: No projeto pagina 15, lê-se: Pelos objetivos adotados os riscos para os participantes da pesquisa são: constrangimento, medo de serem denunciados ou de perda da residência, e para minimizá-los serão informados pela pesquisadora que os dados da pesquisa serão de posse ou de conhecimento apenas da mesma, e que em nenhum momento serão citados seus nomes e endereços, de forma que eles possam ser posteriormente reconhecidos. E se ainda ficarem constrangidos em relação às perguntas realizadas, serão informados pela pesquisadora da possibilidade de desistirem de responder à pesquisa. PENDÊNCIA ATENDIDA.

D - Apresentar os benefícios diretos aos participantes da pesquisa conforme item V – DOS

RISCOS E BENEFÍCIOS da Resolução 466/12 do CNS. ANÁLISE: No documento projeto detalhado, lê-se: Como benefício direto, a pesquisadora informará e ajudará os moradores a conhecerem a possibilidade de regulamentarem a situação habitacional e ainda a forma de exigir do poder público a viabilização das políticas públicas habitacionais para o local. Para tanto fará reuniões e ministrará palestras com a população local no sentido de esclarecer os direitos dos moradores e tentar viabilizar formas de regulamentação desta situação. PENDÊNCIA ATENDIDA.

E) No documento TCLE foram adequados os riscos e benefícios, conforme o projeto detalhado. PENDÊNCIA ATENDIDA.

Considerações Finais a critério do CEP:

O protocolo de pesquisa encontra-se de acordo com a Resolução 466/12 do CNS, não apresentando nenhum óbice ético para sua execução.

Solicitamos ao pesquisador responsável o envio do RELATÓRIO FINAL a este CEP, via Plataforma Brasil, conforme cronograma de execução apresentado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_945092.pdf	14/11/2017 18:12:59		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEcorrigido.docx	14/11/2017 18:10:57	CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG	Aceito
Outros	CartadeEncaminhamento.docx	14/11/2017 15:20:26	CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projettorevisado.docx	14/11/2017 13:47:54	CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	12/09/2017 10:53:02	CIBELLE ALVES DE MORAIS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	12/09/2017 10:53:02	STECKELBERG	Aceito
Outros	Questionario.pdf	05/09/2017 09:08:59	CIBELLE ALVES DE MORAIS STECKELBERG	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 20 de Novembro de 2017

Assinado por:
Fabiane Alves de Carvalho
Ribeiro (Coordenador)